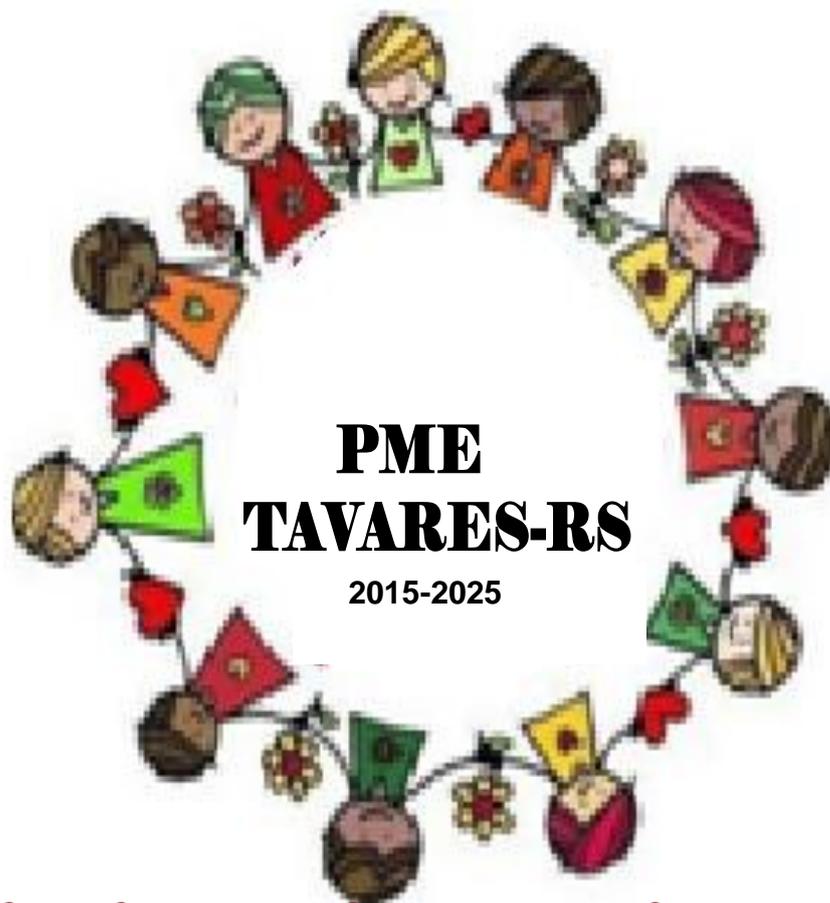




**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAVARES
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**



Nenhum de nós é tão bom quanto todos nós juntos...



**“Ai de nós, educadores, se deixarmos de sonhar os
sonhos possíveis.**

E, o que eu quero dizer com sonho possível?

Na verdade, há sonhos impossíveis

e o critério de possibilidade ou

impossibilidade dos sonhos é um

critério histórico-social e não individual.

O sonho impossível hoje torna-se possível amanhã”

Paulo Freire

APRESENTAÇÃO

Quando falamos em educação pensamos que ela é a base para o desenvolvimento integral do ser humano. Desta forma é necessário compreendermos as necessidades da criança, estimulá-la e acima de tudo, contribuirmos para que ela se desenvolva harmonicamente, guardando para a vida adulta uma imagem positiva de si mesma. Sabemos o quanto é difícil para um adulto ser feliz, se na sua infância lhe for negado o amor e o direito de se desenvolver dentro de uma Instituição escolar, com as condições que a lei lhe assegura.

Nesse contexto, acreditamos que o processo de construção e desenvolvimento de qualquer sociedade, a formação da identidade cultural de um povo, a consciência social dos indivíduos, o exercício político da cidadania, intrinsecamente, estão relacionados com este aspecto fundamental de nossa vida social: a educação. A sociedade, a democracia e a educação estão ligadas, se entrelaçam e se completam, agem em consonância com as necessidades do mundo atual, preparando os cidadãos para enfrentarem os desafios que a vida lhes oferece. Como educadores, sonhamos com a garantia de uma educação de qualidade e o respeito aos direitos do educando.

A elaboração deste Plano Municipal de Educação vem consolidar o conjunto de ações educativas que se desenvolvem neste Município e que serão implementadas mediante políticas públicas. No momento em que paramos para construir e consolidar este projeto ousado e próprio, comprometido com a transformação social e educacional, buscou mobilizar a Rede Municipal e Rede Estadual, demais órgãos ligados a educação e comunidade em geral, propiciando o desencadeamento de uma significativa série de debates sobre seus mais importantes problemas educacionais, bem como as alternativas e estratégias para enfrentá-los. Este debate indicou que eram muitos os obstáculos e desafios a serem enfrentados na educação tavaresense, mas que a mudança é possível. As ideias propostas retratam, de forma corajosa e esperançosa, questões que no dia a dia, na sala de aula e na escola, continuam a instigar o conflito e o debate entre os educadores e a sociedade.

Com a conclusão deste trabalho podemos relacionar os desafios da rede de ensino, na expectativa e no desejo de uma escola que assegure a inclusão social e a permanência do educando, oferecendo um ensino de qualidade, na vivência plena de uma gestão democrática e na valorização do educador.

Este documento, idealizado e executado pela comunidade tavaresense, encaminhará as políticas públicas educacionais através da Secretaria Municipal de Educação para o próximo decênio 2015 a 2024. Desta forma foram traçadas estratégias a fim de alcançarmos metas, na certeza de que sonhar, ousar é um passo decisivo ao grande desafio.



PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TAVARES

2015-2025

FLÁVIO JOSÉ RODRIGUES DE SOUZA

Prefeito Municipal

MAURÍCIO SINVAL DE ASSIS SILVA

Vice-Prefeito

APOLO COSTA

Secretário Municipal de Educação

PROF.^a ROSIMAR ISIDORO MACHADO

Coordenadora Relatora na elaboração do PME

PROF.^a FERNANDA LEMOS PAIVA

Coordenadora Redatora na elaboração do PME

PROF.^a ANDRÉA DA SILVA BARBOSA

Coordenadora na organização do diagnóstico local do PME



EQUIPE TÉCNICA

PORTARIA Nº 3.802, DE 17 DE ABRIL DE 2015.

Apolo Costa

Rosimar Isidoro Machado da Silva

Fernanda Lemos Paiva

Vanessa da Costa Paiva

Ketlyn da Silva Amaral

Andréa da Silva Barbosa

Michele da Silva Araújo

Gilson Terra Paiva

**COMISSÃO
ELABORAÇÃO DO PME**



COORDENADORA NA

PORTARIA Nº 3.803, DE 17 DE ABRIL DE 2015

Representante do Poder Executivo:

Maurício Sinval de Assis Silva

Representante do Poder Legislativo:

Ezequiel de Souza Colares

Representante da Secretaria Municipal de Finanças:

Michele Araújo

Representante da Secretaria Municipal de Coordenação:

Gilson Terra Paiva

Representes da Secretaria Municipal de Educação:

Apolo Costa

Rosimar Isidoro Machado

Fernanda Lemos Paiva

Vanessa da Costa Paiva

Representantes da E.E.E.M. Edgardo Pereira Velho:

Aleteia policarpo da Silva

Niltomar Rosca da Silva

Representante do Conselho Escolar E.M. de Educação Infantil:

Eliziana da Costa Soares

Representante do Conselho Escolar da EMEF. Onofre Pires:

Sandra Oliveira de Lima

Representante do Conselho Escolar da EMEF. Pinheiro Machado:

Eliziane da Silva Antunes

**Delegados eleitos na I
Educação**



COLABORADORES

Conferência Municipal de

Alcione L. Colares

Alexandra Chaves da Conceição

Ana Paula de Sá Pedone

Analise F. da Silva

Andréa Fernandes Lemos

Carem Lemos

Cristina G. Costa

Diele Silva de Sá

Dircinei M.da Costa

Elis Regina R.Machado

Emilce Webber

Fabiane S. Oliveira

Franciane Araújo Terra

Geferson Paiva

Gledis Antunes

Guilherme S. Silva

Joelma Bitencourt

Karine M. Cunha

Laureane P. Colares

Maria Antônia Brizola

Maria Lourdes Costa

Marinês Moares Silveira

Marlene S. Gonçalves

Nara Regina C. Souza

Rita de Cássia R. dos Santos

Tatiane Keppler dos Santos

Tiaraju G.C. Brum

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	03
INTRODUÇÃO	10
1. DIAGNÓSTICO GEO-ECONÔMICO-CULTURAL DE TAVARES	12
1.1 Aspectos Demográficos	13
1.2 Aspectos Econômicos	14
1.3 Produção Agropecuária	15
1.4 Agricultura Familiar	16
1.5 Mercado de Trabalho	16
1.6 Aspectos Sociais	18
1.7 Assistência Social	19
1.8 Inclusão Produtiva	20
1.9 Saúde	21
1.10 Aspectos de Gestão Municipal	23
1.11 Recursos Humanos	24
1.12 Transferências Constitucionais	24
2. A EDUCAÇÃO EM TAVARES	28
2.1 A Educação Infantil no Município	29
2.1.1 Situação do Município em relação às metas nacionais 01 e 06	32
2.1.2 Estratégias do Município para Educação Infantil	34
2.2 O Ensino Fundamental no Município	37
2.2.1 Situação do Município em relação as metas nacionais 02, 05 e 07	40
2.2.2 Estratégias do Município para o Ensino Fundamental	43
2.3 O Ensino Médio no Município	50
2.3.1 Situação do Município em relação a meta nacional 03 e 11	51
2.3.2 Estratégias para o Ensino Médio considerando a oferta pela Rede Estadual	53
3. A EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NO MUNICÍPIO	54
3.1 A Educação Especial e Inclusiva nas Escolas Municipais	57

3.2 A Educação Especial e Inclusiva na Rede Estadual	59
3.3 Situação do Município em relação a meta nacional 04	61
3.3.1 Estratégias do Município para a Educação Especial e Inclusiva	62
4. A DIVERSIDADE NO MUNICÍPIO	64
4.1 Educação no Campo	64
4.2 Educação Escolar Quilombola	65
4.3 Situação do Município em relação à meta nacional 08	65
4.3.1 Estratégias do Município para a Educação no Campo e Educação Quilombola	66
5. A ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	68
5.1 Situação do Município em relação às metas nacionais 09 e 10	68
5.1.1 Estratégias do Município para a Educação de Jovens e Adultos	70
6. A EDUCAÇÃO SUPERIOR	71
6.1 Ensino Superior no Município de Tavares	73
6.2 Situação do Município em relação às metas nacionais 12, 13 e 14	74
6.2.1 Estratégias do Município para a Educação Superior	77
7. FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	77
7.1 Formação e Valorização dos Profissionais da Educação de Tavares	79
7.2 Situação do Município em relação às metas nacionais 15, 16, 17 e 18	80
7.2.1 Estratégias do Município em relação à Formação e Valorização dos Profissionais da Educação de Tavares	84
8 A GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO EM TAVARES	86
8.1 Situação do Município em relação a meta nacional 19	88
8.1.1 Estratégias do Município para a Gestão Democrática	89
9. O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO	90
9.1 Situação do Município em relação a meta nacional 20	92
9.1.1 Estratégias do Município para o Financiamento da Educação	93
10 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	94

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	95
ANEXOS.....	97

INTRODUÇÃO

Tavares marca a história da Gestão Democrática com qualidade e participação ao elaborar, de forma democrática, O Plano Municipal de Educação de Tavares, para os próximos dez anos. O Plano do conjunto da educação, no âmbito Municipal e Estadual, planeja expressando uma política educacional para todos os níveis, bem como, para todas as etapas e modalidades de educação e de ensino.

É um Plano de Governo e sua elaboração está preconizada no Plano Nacional de Educação - PNE, aprovado pela Lei nº 13.005/2014, que em seu art. 8º declara: “Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE, no prazo de um (um) ano contado da publicação desta Lei”. Obedecendo ao princípio constitucional de gestão democrática do ensino público, preconizada na Constituição Federal Art. 206, Inciso VII, observando a gestão democrática de ensino e da educação, a garantia de princípios de transparência e impessoalidade, a autonomia e a participação, a liderança e o trabalho coletivo, a representatividade e a competência, foi construído o presente Plano Municipal de Educação, um plano decenal. Ele requereu, de todos nós, que dele participamos com clareza e objetividade a respeito de qual educação queremos. Este processo de construção coletiva, a partir da discussão democrática, nos enche de esperança e nos aponta para um caminho em que a educação é alicerce para o desenvolvimento de uma sociedade plena. O PME é de todos que moram no município e preconiza o que está posto no Plano Nacional de Educação e acrescenta de forma específica estratégias para contemplar a realidade das escolas de nosso município. De forma resumida, apresenta um diagnóstico local embasado em dados oficiais a partir dos responsáveis órgãos de pesquisa, sendo que os principais aspectos norteadores abordados são: a universalização, a qualidade do ensino, a formação e valorização dos profissionais, a democratização da gestão e o financiamento da educação. Esperamos que o Plano Municipal de Educação de Tavares aponte para uma Educação Plena, que contribua para a formação de cidadãos, com uma nova visão de mundo, em condições para interagir com a vida de forma construtiva, solidária e participativa.

Em Tavares, a tarefa de abrir o debate e elaborar o Plano Municipal de Educação iniciou com a nomeação da equipe técnica pelo Prefeito, nomeada conforme Portaria 3.802, de 17 de abril de 2015, e nomeação da Comissão

Coordenadora na Elaboração do PME conforme Portaria nº 3.803, DE 17 de abril de 2015.

Foi realizada uma primeira reunião pela equipe técnica para indicar um relator e um redator para o PME e traçar os primeiros passos com a Comissão Coordenadora. Foi elaborado um cronograma de trabalho contemplando a discussão e o levantamento de um diagnóstico local, distribuição de metas para estudo e formulações de estratégias para alcançá-las, bem como, Pré-conferência entre os profissionais da educação e Conferência Municipal entre todos os segmentos do município.

A I Conferência Municipal de Educação, conforme Edital de Convocação teve caráter deliberativo, com regimento interno próprio que garantiu a participação de todos os segmentos, elegendo delegados para representar os debates em plenária. Também foram realizadas oficinas propositivas que asseguraram a expressão das opiniões e concepções de idéias, e a partir daí foram lançadas proposições para fazerem parte do Plano Municipal de Educação de Tavares. Depois de aprovado em plenária o documento base, esse, foi apresentado em Seminário aos poderes Executivo e Legislativo do município como forma de garantir o amplo conhecimento e o reforçado estudo em cima das proposições feitas pelo documento.

Este Plano deve ser revisado, de dois em dois anos, e propõe estratégias que devem ser cumpridas, desde a Educação Infantil, para que a formação escolar seja garantida, pois esta é o alicerce indispensável para o exercício pleno da cidadania e o acesso aos direitos sociais, econômicos, civis e políticos. Por ser um documento discutido e debatido com os profissionais da educação e sociedade em geral, retrata a realidade de nosso município e reforça o compromisso com a educação tavaresense, traçando objetivos de forma transparente e possíveis de serem alcançados durante esses próximos dez anos.

É importante destacar que as estratégias expressas neste documento são um conjunto de ideias de uma comunidade que sonha com uma educação de qualidade e com a construção de uma sociedade capaz de desenvolver todas as suas inúmeras potencialidades.

1 DIAGNÓSTICO GEO-ECONÔMICO-CULTURAL DO MUNICÍPIO DE TAVARES

O município de Tavares localiza-se na planície litorânea do Rio Grande do Sul, limitando-se ao Norte com Mostardas, ao Sul com São José do Norte, ao Leste com o Oceano Atlântico e ao Oeste com a Laguna dos Patos. Com altitude de 8 metros acima do nível do mar, não possui rios, mas lagunas como, Lagoa do Peixe com 34.400 hectares, banhado pela Laguna dos Patos em toda a sua extensão. Possui relevo com característica de planície, vegetação nativa predominando a vegetação rasteira, com alguns capões de mato, como vegetação exótica existe mato de pinus plantados para o extrativismo vegetal.

Possui área territorial de 604, 25 km², dividido em quatro distritos: Sede, Tapera, Butiá e Capão Comprido e 5.351 habitantes, sendo 3.297 habitantes na zona urbana e 2.053 habitantes na zona rural.

Foi desmembrado do município de Mostardas e emancipado em 12 de maio de 1982, desenvolvendo sua economia com base na agricultura, pesca e pecuária, apresentando um PIB per capita de R\$ 11.170,00. Está em fase de desenvolvimento em muitos setores, como turismo ecológico e extrativismo vegetal.

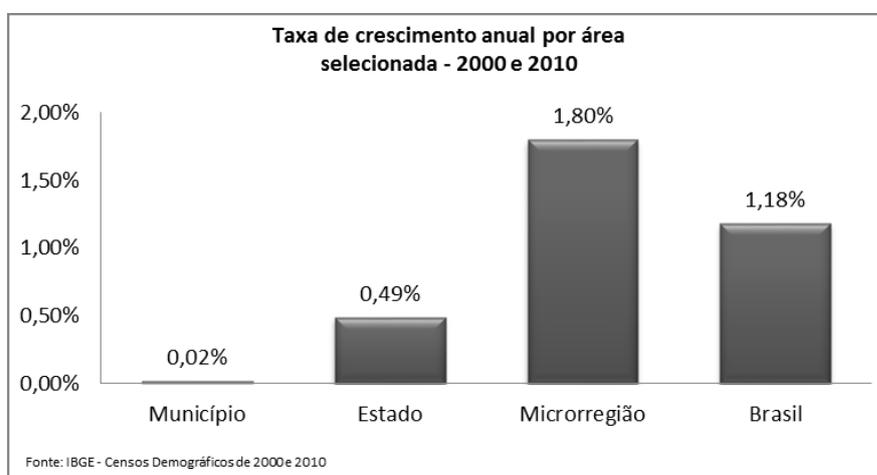
Como o município tem sua etnia afro-açoriana carrega traços dessas duas culturas que estão vivas nas manifestações folclóricas e populares, como Quicumbis (Ensaio de Pagamento de Promessas), Corrida de Cavalhadas e Ternos Juninos. Tendo como maior evento do município e um dos maiores da região a EXPOCACE, Exposição Feira do Camarão e Cebola. E também sedia a cada dois anos o Festival Brasileiro das Aves Migratórias.

Possui como patrimônio natural o PARNA da Lagoa do Peixe e a Lagoa dos Patos e como patrimônio cultural o Sambaqui, os faróis do Capão da Marca,

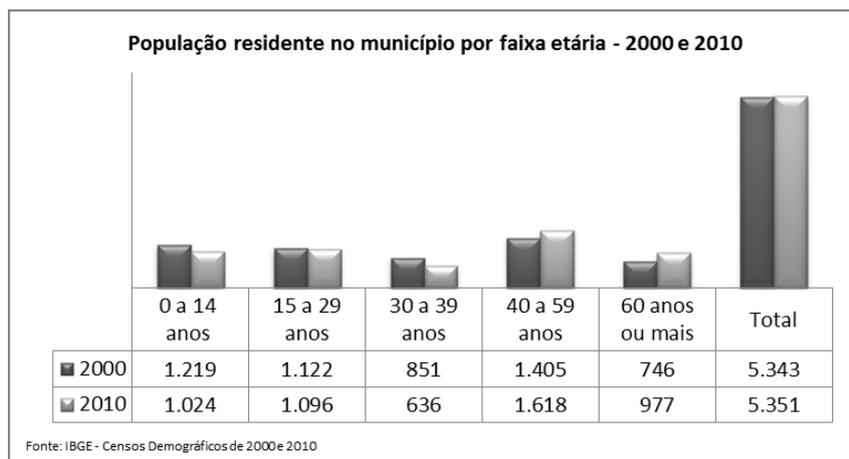
o de Mostardas e o Farol do Capão da Marca de Fora, que estão entre os principais pontos turísticos mais visitados no município.

1.1 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

A população do município ampliou, entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, à taxa de 0,02% ao ano, passando de 5.342 para 5.351 habitantes. Essa taxa foi inferior àquela registrada no Estado, que ficou em 0,49% ao ano e inferior à cifra de 0,88% ao ano da Região Sul.



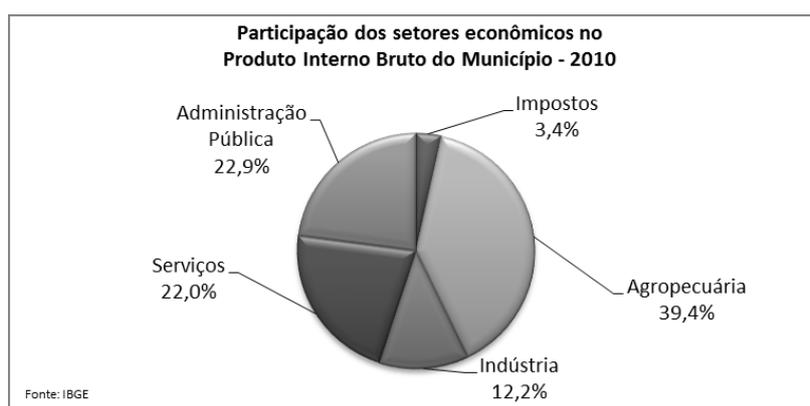
A taxa de urbanização apresentou alteração no mesmo período. A população urbana em 2000 representava 48,8% e em 2010 a passou a representar 61,65% do total. A estrutura demográfica também apresentou mudanças no município. Entre 2000 e 2010 foi verificada ampliação da população idosa que cresceu 2,7% em média ao ano. Em 2000, este grupo representava 14,0% da população, já em 2010 detinha 18,3% do total da população municipal. O segmento etário de 0 a 14 anos registrou crescimento negativo entre 2000 e 2010, com média de -1,7% ao ano. Crianças e jovens detinham 22,8% do contingente populacional em 2000, o que correspondia a 1.219 habitantes. Em 2010, a participação deste grupo reduziu para 19,1% da população, totalizando 1.024 habitantes.



A população residente no município na faixa etária de 15 a 59 anos exibiu decréscimo populacional (em média -0,08% ao ano), passando de 3.378 habitantes em 2000 para 3.350 em 2010. Em 2010, este grupo representava 62,6% da população do município.

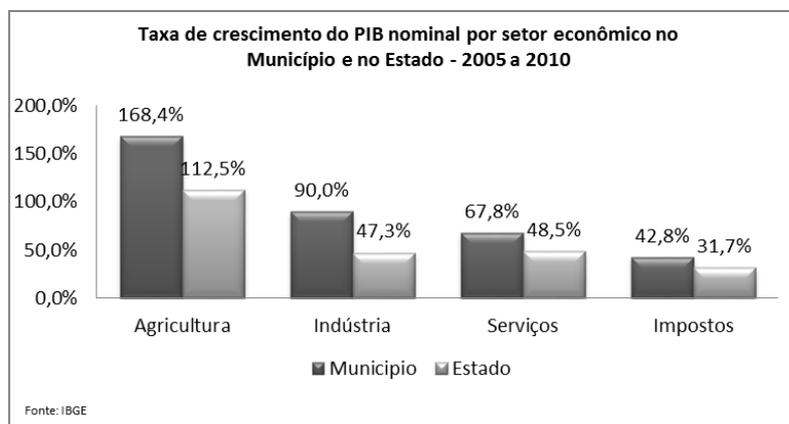
1.2 ASPECTOS ECONÔMICOS

Entre 2005 e 2010, segundo o IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) do município cresceu 98,0%, passando de R\$ 29,8 milhões para R\$ 59,0 milhões. O crescimento percentual foi superior ao verificado no Estado, que foi de 49,7%. A participação do PIB do município na composição do PIB estadual aumentou de 0,02% para 0,03% no período de 2005 a 2010.



A estrutura econômica municipal demonstrava participação expressiva do setor de Serviços, o qual respondia por 44,9% do PIB municipal. Cabe destacar o setor secundário ou industrial, cuja participação no PIB era de 13,2%

em 2010, contra 13,7% em 2005. Variação contrária à verificada no Estado, em que a participação industrial cresceu de 13,7% em 2005 para 25,6% em 2010.

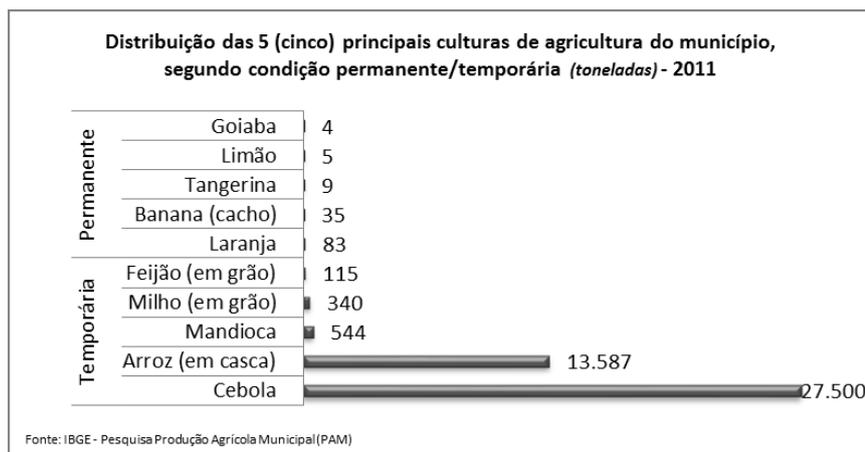


1.3 PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

Quando analisamos os aspectos econômicos do município, é importante levar em consideração, dentre outros fatores, a sua capacidade de geração de renda através de atividades nas áreas da pecuária e agricultura. No caso da pecuária, dados coletados da Pesquisa Agrícola Municipal do IBGE, referentes a 2011, apontam que as cinco (cinco) principais culturas de rebanho local são as indicadas no gráfico abaixo:



Além do campo da pecuária, a supracitada pesquisa também fornece dados acerca da área de agricultura local. Neste caso, foram coletadas dados acerca das 5 (cinco) principais culturas de agricultura do município, divididas entre aquelas permanentes e aquelas temporárias, conforme demonstrado no gráfico que segue:



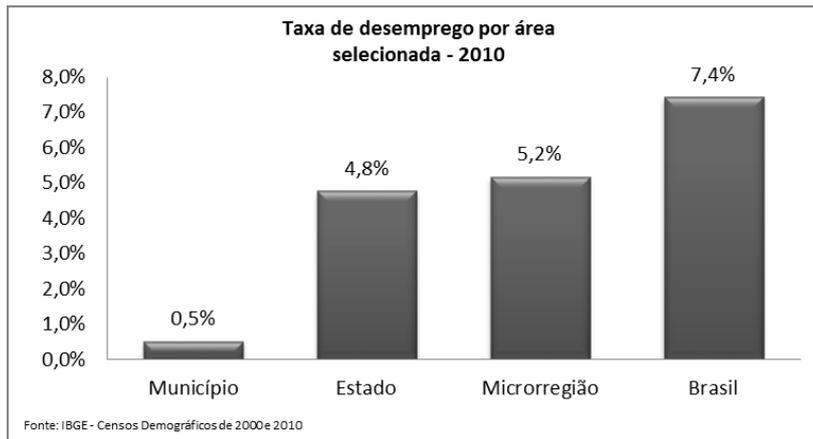
1.4 AGRICULTURA FAMILIAR

O município possuía 868 agricultores familiares em 2006, que correspondia a 88% dos seus produtores. Esses agricultores familiares acessavam a 40% da área, ocupavam 86% da mão-de-obra do setor e participavam com 62% do valor da produção agropecuária municipal. Atualmente, temos 330 agricultores familiares cadastrados com DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) neste município. A tabela abaixo apresenta esses dados relativos também ao seu Estado e ao Brasil:

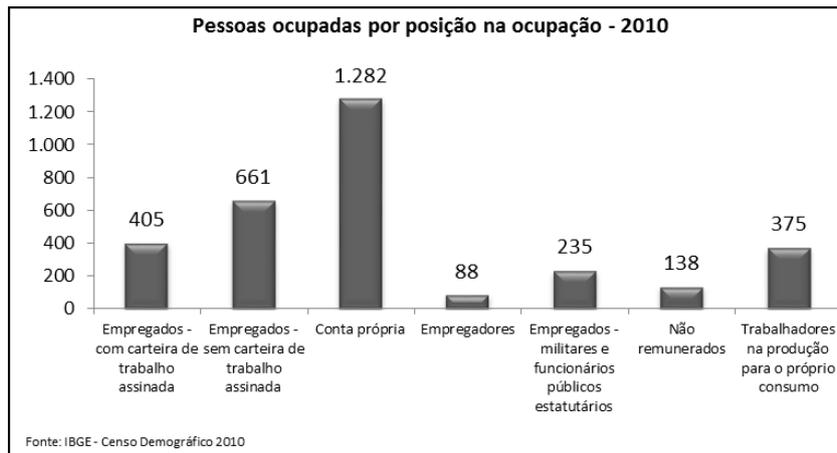
Quantidade de agricultores cadastrados com	
DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf)	
Município	330
Estado	340.781
Brasil	4.395.395

1.5 MERCADO DE TRABALHO

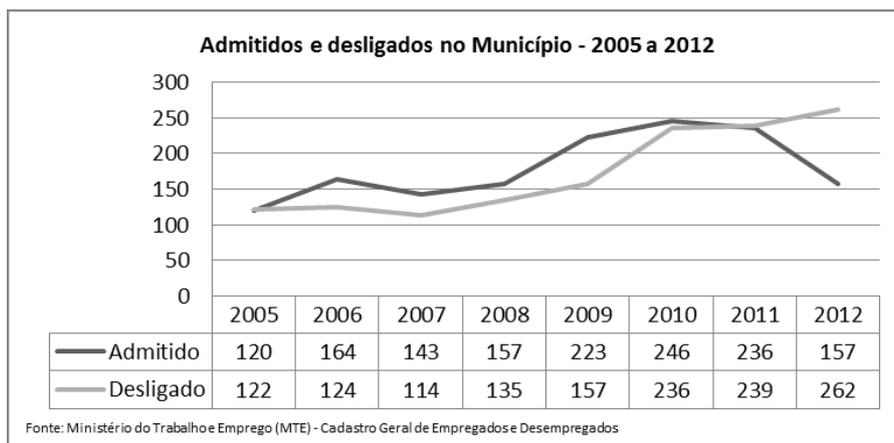
Conforme dados do último Censo Demográfico, o município, em agosto de 2010, possuía 3.199 pessoas com 10 anos ou mais de idade economicamente ativas, sendo que 3.183 estavam ocupadas e 16 desocupadas. A taxa de participação ficou em 67,9% e a taxa de desocupação municipal foi de 0,5%. No tocante à taxa de desemprego, o gráfico abaixo fornece indicativos de maneira comparativa:



A distribuição das pessoas ocupadas por posição na ocupação mostra que 12,7% tinham carteira assinada, 20,8% não tinham carteira assinada, 40,3% atuam por conta própria e 2,8% de empregadores. Servidores públicos representavam 7,4% do total ocupado e trabalhadores sem rendimentos e na produção para o próprio consumo representavam 16,1% dos ocupados.



Das pessoas ocupadas, 16,3% não tinham rendimentos e 61,7% ganhavam até um salário mínimo por mês. O valor do rendimento médio mensal das pessoas ocupadas era de R\$ 819,18. Entre os homens, o rendimento era de R\$ 888,21 e entre as mulheres de R\$ 736,96, apontando uma diferença de 20,52% maior para os homens. Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, o mercado de trabalho formal do município apresentou, por cinco anos, saldo positivo na geração de novas ocupações entre 2005 e 2012. O número de vagas criadas neste período foi de 57. No último ano, as admissões registraram 157 contratações, contra 262 demissões.

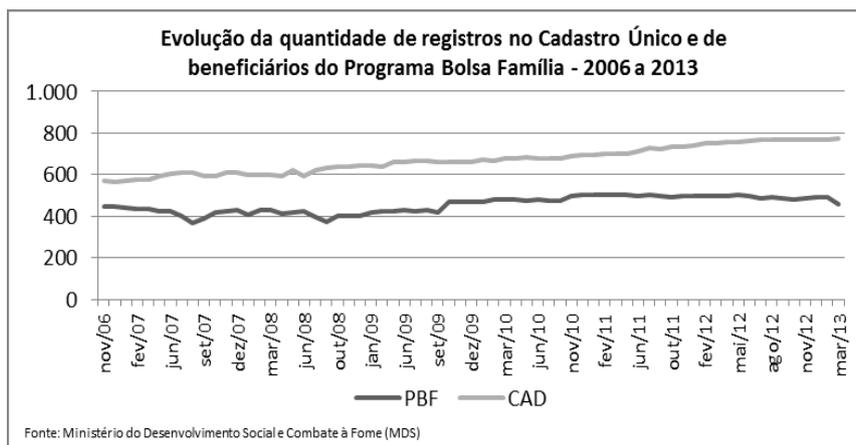


O mercado de trabalho formal em 2010 totalizava 666 postos, 65,7% a mais em relação a 2004. O desempenho do município ficou acima da média verificada para o Estado, que cresceu 27,8% no mesmo período.

1.6 ASPECTOS SOCIAIS

Conforme dados do último Censo Demográfico, no município, em agosto de 2010, a população total era de 5.351 residentes, dos quais 196 se encontravam em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda domiciliar *per capita* abaixo de R\$ 70,00. Isso significa que 3,7% da população municipal vivia nessa situação.

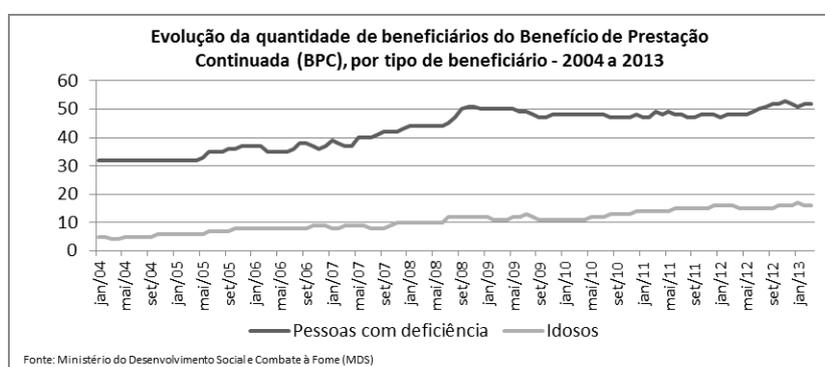
Do total de extremamente pobres, 93 (47,3%) viviam no meio rural e 103 (52,7%) no meio urbano. No acompanhamento do Plano Brasil Sem Miséria, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) utiliza as informações do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Ele provê dados individualizados, atualizados no máximo a cada dois anos, sobre os brasileiros com renda familiar de até meio salário mínimo *per capita*, permitindo saber quem são, onde moram, o perfil de cada um dos membros das famílias e as características dos seus domicílios. De acordo com os registros de março de 2013 do Cadastro Único e com a folha de pagamentos de abril de 2013 do Programa Bolsa Família, o município conta com 772 famílias registradas no Cadastro Único e 457 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (59,20% do total de cadastrados). O gráfico mostra a evolução desses cadastros para o seu município:



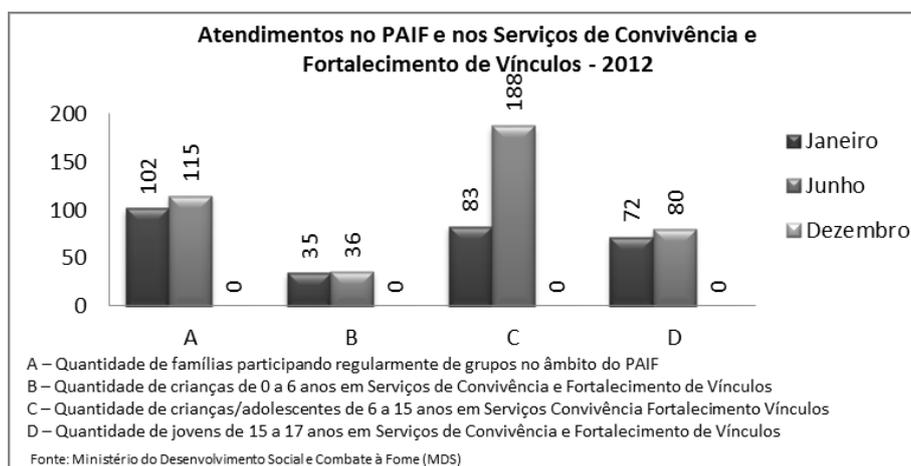
O município apresenta uma cobertura cadastral que supera as estimativas oficiais, de maneira que a gestão municipal do Cadastro Único deve concentrar esforços na qualificação das informações registradas e na atualização dos dados familiares. Com isso, o município poderá abrir espaço para incluir na Bolsa Família as famílias em extrema pobreza já cadastradas e que ainda não recebem os benefícios. De junho de 2011 a janeiro de 2013, o município inscreveu no Cadastro Único e incluiu no Programa Bolsa Família 03 famílias em situação de extrema pobreza.

1.7 ASSISTÊNCIA SOCIAL

Os atendimentos realizados no âmbito da rede sócio assistencial também são importantes elementos para o diagnóstico do perfil social do seu município. O Benefício de Prestação Continuada (BPC) constitui uma das mais importantes ferramentas de distribuição de renda no âmbito da assistência social, tendo sido instituído ainda na Constituição Federal de 1988. No seu município, o gráfico abaixo confere informações acerca da quantidade de beneficiários de BPC considerando o período de 2004 a 2013, por tipo de beneficiário:

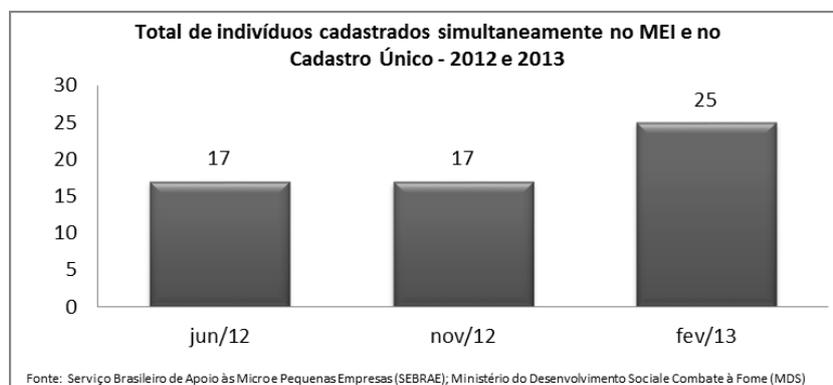


Além do BPC, a Assistência Social desenvolve diversos tipos de programas, ações e atendimentos, especialmente considerando seus espaços institucionais, como é o caso dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF). O gráfico abaixo apresenta os principais indicadores de atendimento nesse âmbito, considerando os dados coletados no Censo SUAS do MDS para o ano de 2012:

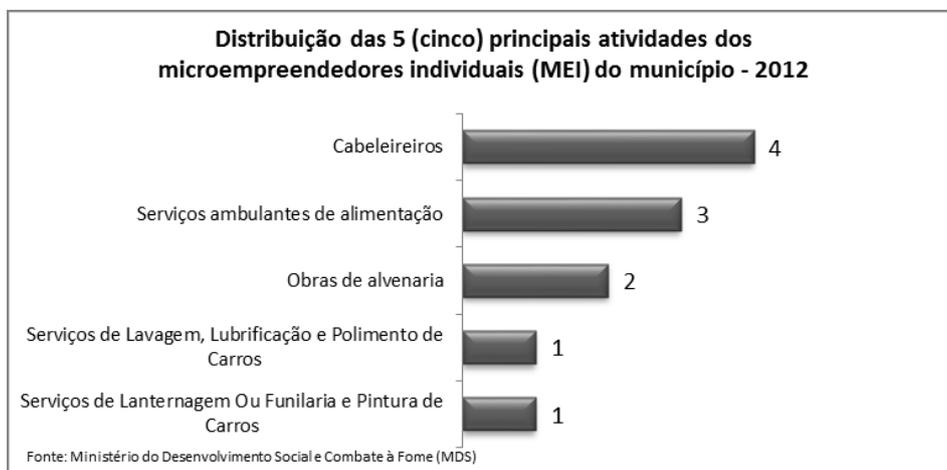


1.8 INCLUSÃO PRODUTIVA

Além dos aspectos de cadastramento no Cadastro Único, na Bolsa Família e de atendimento sócio assistencial, é importante analisar, também, o perfil ocupacional dos indivíduos que fazem parte desse conjunto. Para isso, foram analisados os dados mais atualizados do programa de Microempreendedores Individuais (MEI). Em fevereiro de 2013, o município contava com 76 pessoas cadastradas como MEI. Desse total, foi possível encontrar, também, indivíduos cadastrados simultaneamente no Cadastro Único. O gráfico abaixo mostra a evolução do total destes indivíduos, que estão cadastrados tanto no Cadastro Único, quanto no MEI, para os meses de junho de 2012, novembro de 2012 e fevereiro de 2013:

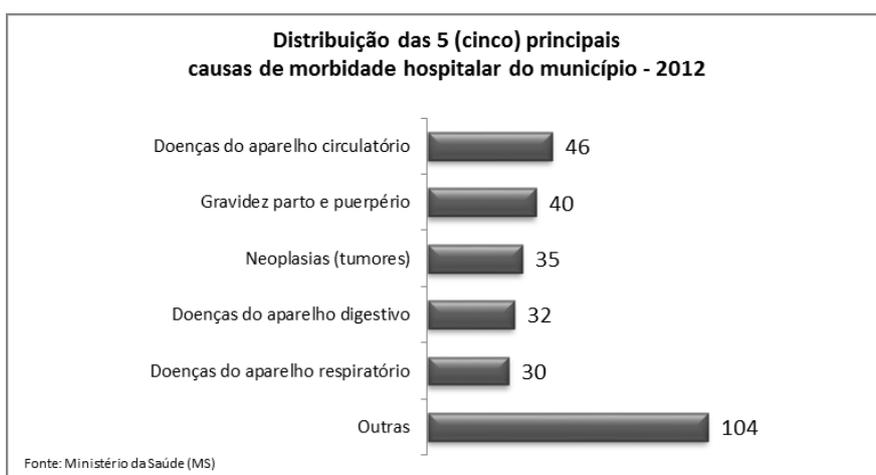


Quando consideramos os indivíduos cadastrados simultaneamente no Cadastro Único e no programa MEI, foi possível observar, para o seu município, as cinco (cinco) principais atividades econômicas por eles desenvolvidas, conforme demonstrado no gráfico abaixo:



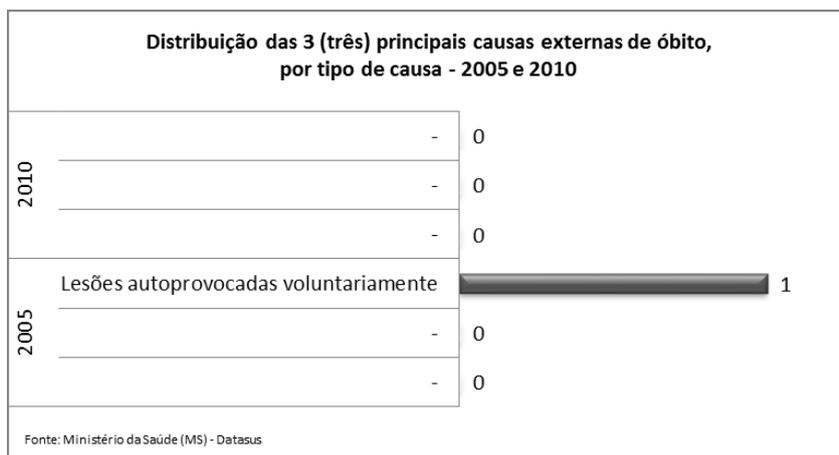
1.9 SAÚDE

Os dados do Ministério da Saúde são importantes para diagnosticar a situação da área no seu município. No tocante à mortalidade infantil, o número de óbitos infantis foi de três crianças, ao passo que no Estado o número de óbitos infantis foi de 1.576 crianças e a taxa de mortalidade infantil foi de 11,56 crianças a cada mil nascimentos. No que concerne à morbidade hospitalar, as cinco (cinco) principais causas de internação são as listadas no gráfico abaixo:

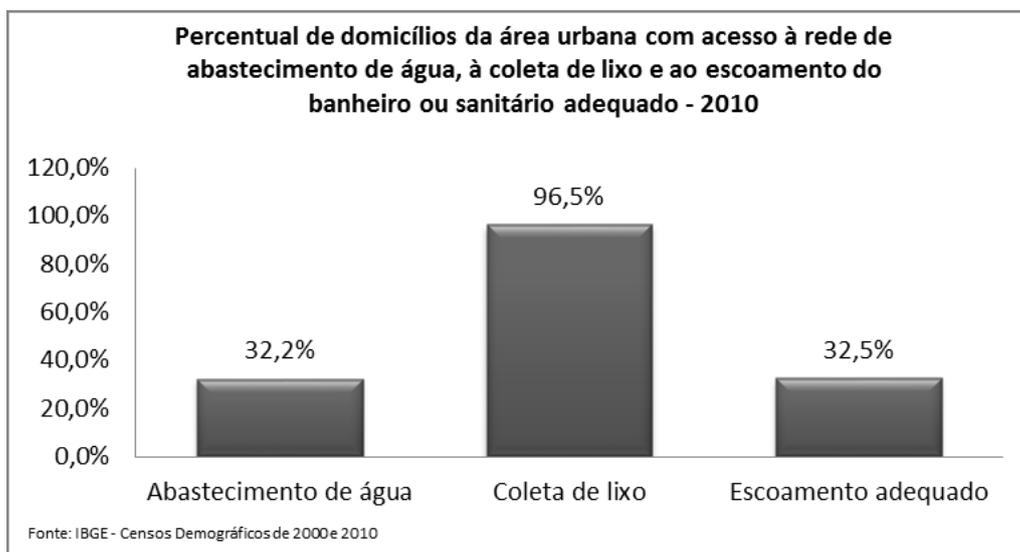


Além da morbidade hospitalar, é importante, também, assinalar as principais causas externas de óbito relatadas pelo município. De acordo com o

Censo Demográfico 2010, o total da população de 15 a 29 anos era de 1.096 indivíduos, sendo que 03 faleceram em função de eventos e/ou causas externas. Quando analisamos de maneira mais detida essas informações, notamos que as causas de morte variam por município. No município, as três (três) principais causas externas de óbito dos indivíduos na faixa etária de 15 a 29 anos são, de acordo com dados do Ministério da Saúde, as que seguem no gráfico abaixo, tomando por base os anos de 2005 e 2010:



Por fim, é importante ressaltar as condições de saneamento e serviços correlatos do município, que interferem nas condições de saúde da população. Dados do Censo Demográfico de 2010 revelaram que na área rural do seu município, a coleta de lixo atendia 96,0% dos domicílios. Quanto à cobertura da rede de abastecimento de água, o acesso nessa área estava em 96,3% dos domicílios particulares permanentes e 57,6% das residências dispunham de esgotamento sanitário adequado. No caso da área urbana, o gráfico abaixo fornece a distribuição desses serviços para os domicílios particulares permanentes:

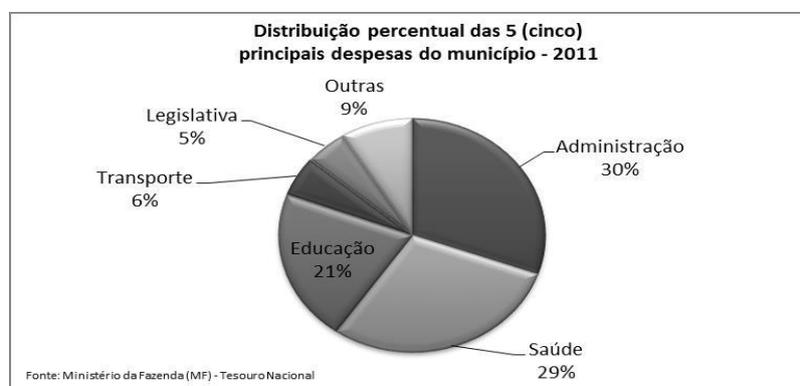


1.10 ASPECTOS DE GESTÃO MUNICIPAL

A receita orçamentária do município passou de R\$ 4,9 milhões em 2005 para R\$ 7,8 milhões em 2011, o que retrata uma alta de 58,1% no período ou 12,14% ao ano.

A proporção das receitas próprias, ou seja, geradas a partir das atividades econômicas do município, em relação à receita orçamentária total, passou de 5,97% em 2005 para 4,55% em 2011, e quando se analisa todos os municípios juntos do estado, a proporção aumentou de 29,70% para 28,67%.

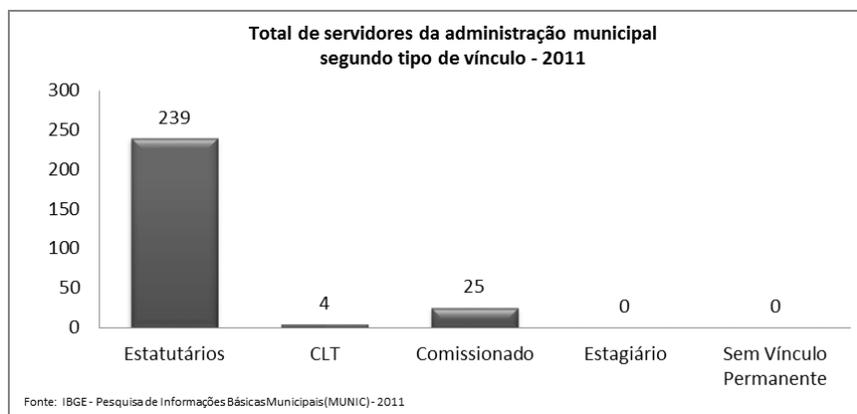
A dependência em relação ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) aumentou no município, passando de 51,14% da receita orçamentária em 2005 para 51,56% em 2011. Essa dependência foi superior àquela registrada para todos os municípios do Estado, que ficou em 19,57% em 2011.



As despesas com administração, saúde, educação, legislativa e transporte foram responsáveis por 92,48% das despesas municipais. Em assistência social, as despesas alcançaram 0,98% do orçamento total, valor esse inferior à média de todos os municípios do estado, de 2,61%.

1.11 RECURSOS HUMANOS

A Administração Municipal conta com 268 servidores, entre os quais 89,2% são estatutários. Entre 2009 e 2010 o município realizou concurso público.



1.12 TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS

Parcela das receitas federais arrecadadas pela União é repassada aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. O rateio da receita proveniente da arrecadação de impostos entre os entes federados representa um mecanismo fundamental para amenizar as desigualdades regionais, na busca incessante de promover o equilíbrio sócio-econômico entre Estados e Municípios. Cabe ao [Tesouro Nacional](#), em cumprimento aos dispositivos constitucionais, efetuar as transferências desses recursos aos entes federados, nos prazos legalmente estabelecidos.

Dentre as principais transferências da União para os Estados, o DF e os Municípios, previstas na Constituição, destacam-se: o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE); o Fundo de Participação dos Municípios (FPM); o Fundo de Compensação pela Exportação de Produtos Industrializados - FPEX; o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb; e o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR.

Mês	FPM	ITR	IOF	LC 87/96	LC 87/96-1579	CIDE	FEX	FUNDEF	FUNDEB	Total
01	284.314,47	5.976,85	0,00	1.772,28	0,00	3.179,32	0,00	0,00	81.109,79	376.352,71
02	265.054,50	0,00	0,00	1.772,28	0,00	0,00	0,00	0,00	50.836,56	317.663,34
03	211.889,16	480,05	0,00	1.772,28	0,00	0,00	0,00	0,00	58.054,07	272.195,56
04	252.934,69	287,65	0,00	1.771,98	0,00	320,66	0,00	0,00	58.698,66	314.013,64
05	300.473,38	30,31	0,00	1.771,98	0,00	0,00	0,00	0,00	64.281,41	366.557,08
06	259.247,68	41,04	0,00	1.771,98	0,00	0,00	24.212,53	0,00	55.569,76	340.842,99
07	198.919,66	27,28	0,00	1.771,98	0,00	2.890,81	0,00	0,00	61.041,13	264.650,86
08	231.409,13	0,00	0,00	1.771,98	0,00	0,00	0,00	0,00	55.259,10	288.440,21
09	204.847,04	318,87	0,00	1.771,98	0,00	0,00	0,00	0,00	55.032,50	261.970,39
10	235.642,03	15.372,20	0,00	1.771,98	0,00	4.626,13	0,00	0,00	60.014,28	317.426,62
11	294.143,07	6.160,55	0,00	1.771,98	0,00	0,00	0,00	0,00	57.609,02	359.684,62
12	486.509,10	6.914,69	0,00	1.771,98	0,00	0,00	0,00	0,00	77.984,88	573.180,65
	3.225.383,91	35.609,49	0,00	21.264,66	0,00	11.016,92	24.212,53	0,00	735.491,16	4.052.978,67

A partir de 1998, dos valores do FPM, FPE, IPI-Exportação e ICMS LC 87/96, já está descontada a parcela de 15 % (quinze por cento) destinada ao FUNDEF.

A partir 2007, dos valores do FPM, FPE, IPI-Exportação e ICMS LC 87/96 e do ITR, já estão descontados da parcela destinada ao FUNDEB.

Município: Tavares UF: RS Ano: 2010

Mês	FPM	ITR	IOF	LC 87/96	LC 87/96-1579	CIDE	FEX	FUNDEF	FUNDEB	Total
01	243.628,65	5.946,09	0,00	1.780,04	0,00	5.157,73	0,00	0,00	89.931,82	346.444,33
02	297.453,00	102,05	0,00	1.780,04	0,00	0,00	0,00	0,00	58.281,27	357.616,36
03	220.964,81	446,07	0,00	1.780,04	0,00	0,00	0,00	0,00	85.685,47	308.876,39
04	264.748,97	900,38	0,00	1.780,04	0,00	5.129,16	0,00	0,00	84.936,33	357.494,88
05	325.959,89	0,00	0,00	1.780,04	0,00	0,00	0,00	0,00	84.552,13	412.292,06
06	282.891,72	103,21	0,00	1.780,04	0,00	0,00	0,00	0,00	83.414,48	368.189,45
07	208.021,19	0,00	0,00	1.780,04	0,00	4.384,04	0,00	0,00	81.041,07	295.226,34
08	278.789,93	430,39	0,00	1.780,04	0,00	0,00	0,00	0,00	83.431,16	364.431,52
09	232.724,60	540,58	0,00	1.780,04	0,00	0,00	5.342,92	0,00	82.055,90	322.444,04
10	250.525,30	15.979,38	0,00	1.780,04	0,00	5.406,22	10.685,85	0,00	80.385,42	364.762,21
11	300.320,86	11.128,15	0,00	1.780,04	0,00	0,00	0,00	0,00	78.744,59	391.973,64
12	557.872,63	12.145,88	0,00	1.780,04	0,00	0,00	5.342,92	0,00	102.307,75	679.449,22
	3.463.901,55	47.722,18	0,00	21.360,48	0,00	20.077,15	21.371,69	0,00	994.767,39	4.569.200,44

A partir de 1998, dos valores do FPM, FPE, IPI-Exportação e ICMS LC 87/96, já está descontada a parcela de 15 % (quinze por cento) destinada ao FUNDEF. A partir 2007, dos valores do FPM, FPE, IPI-Exportação e ICMS LC 87/96 e do ITR, já estão descontados da parcela destinada ao FUNDEB.

Município: Tavares UF: RS Ano: 2011

Mês	FPM	ITR	IOF	LC 87/96	LC 87/96-1579	CIDE	FEX	FUNDEF	FUNDEB	Total
01	368.122,73	12.130,57	0,00	1.986,23	0,00	5.385,26	0,00	0,00	104.345,07	491.969,86
02	396.598,26	216,64	0,00	1.986,23	0,00	0,00	0,00	0,00	72.288,80	471.089,93
03	258.907,42	752,87	0,00	1.986,23	0,00	0,00	0,00	0,00	95.764,44	357.410,96
04	343.180,96	164,88	0,00	1.986,23	0,00	5.363,08	0,00	0,00	93.708,15	444.403,30
05	393.899,91	2.096,17	0,00	1.986,23	0,00	0,00	0,00	0,00	99.060,63	497.042,94
06	355.522,42	16,00	0,00	1.986,23	0,00	0,00	0,00	0,00	91.485,25	449.009,90

07	302.434,34	147,58	0,00	1.986,23	0,00	6.345,62	0,00	0,00	90.914,83	401.828,60
08	311.966,41	2.990,03	0,00	1.986,23	0,00	0,00	0,00	0,00	92.846,89	409.789,56
09	249.052,64	5.574,16	0,00	1.986,23	0,00	0,00	0,00	0,00	84.328,31	340.941,34
10	327.362,11	33.131,47	0,00	1.986,23	0,00	6.621,12	7.589,78	0,00	92.816,46	469.507,17
11	345.883,51	11.342,61	0,00	1.986,23	0,00	0,00	7.589,78	0,00	99.425,76	466.227,89
12	626.619,95	22.009,68	0,00	1.986,23	0,00	0,00	7.589,78	0,00	109.728,53	767.934,17
	4.279.550,66	90.572,66	0,00	23.834,76	0,00	23.715,08	22.769,34	0,00	1.126.713,12	5.567.155,62

A partir de 1998, dos valores do FPM, FPE, IPI-Exportação e ICMS LC 87/96, já está descontada a parcela de 15 % (quinze por cento) destinada ao FUNDEF. A partir 2007, dos valores do FPM, FPE, IPI-Exportação e ICMS LC 7/96 e do ITR, já estão descontados da parcela destinada ao FUNDEB.

Município: Tavares UF:RS Ano:2012

Mês	FPM	ITR	IOF	LC 87/96	LC 87/96-1579	CIDE	FEX	FUNDEF	FUNDEB	Total
01	366.802,26	809,67	0,00	1.972,03	0,00	5.030,04	0,00	0,00	131.032,13	505.646,13
02	443.703,05	0,00	0,00	1.972,03	0,00	0,00	0,00	0,00	97.321,07	542.996,15
03	301.345,22	93,60	0,00	1.972,03	0,00	0,00	0,00	0,00	105.000,07	408.410,92
04	379.793,83	222,75	0,00	1.972,03	0,00	3.312,96	0,00	0,00	103.875,61	489.177,18
05	424.772,52	2.259,47	0,00	1.972,03	0,00	0,00	0,00	0,00	129.529,17	558.533,19
06	362.479,19	27,63	0,00	1.972,03	0,00	0,00	0,00	0,00	108.912,92	473.391,77
07	270.687,34	120,39	0,00	1.972,03	0,00	3.637,33	0,00	0,00	109.019,29	385.436,38
08	298.697,81	111,87	0,00	1.972,03	0,00	0,00	0,00	0,00	98.479,61	399.261,32
09	261.356,20	6.108,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	88.202,93	355.667,83
10	277.441,40	33.741,91	0,00	3.944,06	0,00	646,04	0,00	0,00	119.210,51	434.983,92
11	375.007,60	12.255,77	0,00	1.972,03	0,00	0,00	19.248,06	0,00	115.749,13	524.232,59
12	656.054,62	22.943,71	0,00	1.972,03	0,00	0,00	0,00	0,00	122.184,55	803.154,91
	4.418.141,04	78.695,47	0,00	23.664,36	0,00	12.626,37	19.248,06	0,00	1.328.516,99	5.880.892,29

A partir de 1998, dos valores do FPM, FPE, IPI-Exportação e ICMS LC 87/96, já está descontada a parcela de 15 % (quinze por cento) Exportação e ICMS LC 87/96 e do ITR, já estão descontados da parcela destinada ao FUNDEB destinada ao FUNDEF.

Município:Tavares UF:RS Ano:2013

Mês	FPM	ITR	IOF	LC 87/96	LC 87/96-1579	CIDE	FEX	FUNDEF	FUNDEB	Total
01	391.408,33	2.160,52	0,00	0,00	0,00	19,71	0,00	0,00	143.395,95	536.984,51

02	526.598,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	105.268,09	631.866,12
03	303.281,38	423,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	97.849,34	401.554,04
04	325.414,08	0,00	0,00	7.978,06	0,00	617,74	0,00	0,00	118.365,56	452.375,44
05	467.575,79	256,29	0,00	1.994,52	0,00	0,00	0,00	0,00	131.167,98	600.994,58
06	390.095,00	115,59	0,00	1.994,52	0,00	0,00	0,00	0,00	108.212,42	500.417,53
07	277.797,42	24,60	0,00	1.994,52	0,00	0,00	0,00	0,00	120.761,45	400.577,99
08	363.215,71	110,14	0,00	1.994,52	0,00	0,00	0,00	0,00	110.343,49	475.663,86
09	300.608,64	10.655,44	0,00	1.994,52	0,00	0,00	0,00	0,00	100.715,77	413.974,37
10	300.613,26	33.766,81	0,00	1.994,52	0,00	0,00	0,00	0,00	121.404,66	457.779,25
11	418.146,93	12.292,17	0,00	1.994,52	0,00	0,00	0,00	0,00	121.488,46	553.922,08
12	680.707,68	12.687,28	0,00	1.994,52	0,00	0,00	0,00	0,00	121.506,14	816.895,62
	4.745.462,25	72.492,16	0,00	23.934,22	0,00	637,45	0,00	0,00	1.400.479,31	6.243.005,39

A partir de 1998, dos valores do FPM, FPE, IPI-Exportação e ICMS LC 87/96, já está descontada a parcela de 15 % (quinze por cento) destinada ao FUNDEF. A partir 2007, dos valores do FPM, FPE, IPI-Exportação e ICMS LC 87/96 e do ITR, já estão descontados da parcela destinada ao FUNDEB.

Município: Tavares UF: RS Ano: 2014

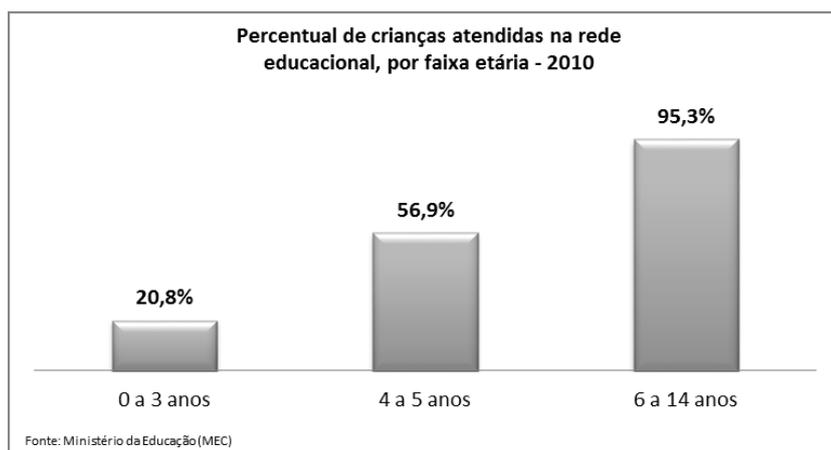
Mês	FPM	ITR	IOF	LC 87/96	LC 87/96 -1579	CIDE	FEX	FUNDEF	FUNDEB	Total
01	508.749,24	14.319,42	0,00	1.990,67	0,00	1.290,18	22.862,85	0,00	146.260,45	695.472,81
02	543.269,79	80,20	0,00	1.990,67	0,00	0,00	0,00	0,00	106.825,02	652.165,68
03	322.264,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	105.904,87	428.169,83
04	367.811,21	30,90	0,00	1.990,67	0,00	0,00	0,00	0,00	114.576,36	484.409,14
05	490.153,64	0,00	0,00	1.990,67	0,00	0,00	0,00	0,00	119.520,97	611.665,28
06	367.583,57	1.122,19	0,00	1.990,67	0,00	0,00	0,00	0,00	103.991,82	474.688,25
07	315.707,80	0,00	0,00	1.990,67	0,00	0,00	0,00	0,00	110.046,93	427.745,40
08	383.531,26	2.108,19	0,00	1.990,67	0,00	0,00	0,00	0,00	107.699,92	495.330,04
09	336.197,21	11.542,53	0,00	1.990,67	0,00	0,00	0,00	0,00	104.493,32	454.223,73
10	317.740,98	35.536,53	0,00	1.990,67	0,00	0,00	0,00	0,00	116.041,14	471.309,32
11	420.570,83	12.182,99	0,00	1.990,67	0,00	0,00	0,00	0,00	110.367,23	545.111,72
12	730.069,22	13.026,24	0,00	3.981,34	0,00	0,00	0,00	0,00	139.422,49	886.499,29
	5.103.649,71	89.949,19	0,00	23.888,04	0,00	1.290,18	22.862,85	0,00	1.385.150,52	6.626.790,49

A partir de 1998, dos valores do FPM, FPE, IPI-Exportação e ICMS LC 87/96, já está descontada a parcela de 15 % (quinze por cento) destinada ao FUNDEF. A partir 2007, dos valores do FPM, FPE, IPI-Exportação e ICMS LC 87/96 e do ITR, já estão descontados da parcela destinada ao FUNDEB.

2 A EDUCAÇÃO EM TAVARES

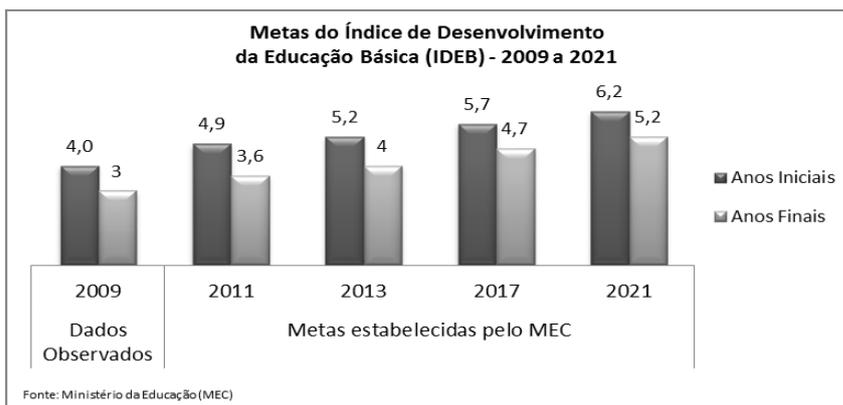
Conforme dados do último Censo Demográfico, no município, em agosto de 2010, a taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais era de 13,4%. Na área urbana, a taxa era de 12,3% e na zona rural era de 15,0%. Entre adolescentes de 10 a 14 anos, a taxa de analfabetismo era de 1,6%.

No que concerne à taxa de atendimento da rede educacional do município, os dados do Censo foram calculados por faixa etária, conforme se observa no gráfico abaixo:



A Educação em Tavares é ofertada na rede pública estadual e municipal, sendo que na rede estadual são ofertados o Ensino Fundamental, EJA e Ensino médio. Na rede municipal são ofertados a Educação Infantil e o Ensino Fundamental de 1º ao 7º ano.

Índice de desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), conforme se observa no gráfico abaixo:



Levantamento de Matrículas 2015 das Escolas Municipais de Tavares/RS

Educação Infantil:

ESCOLA	Berçário I	Berçário II	Maternal I	Maternal II	TOTAL
E.M.E.I. Vó Angelina	12	15	15	20	62
	Pré I	Pré II	Pré I	Pré II	
E.M.E.I. Piaquito	15	20	20	20	75

Ensino Fundamental:

ESCOLA	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	TOTAL
E.M.E.F. Olavo Bilac	01	03	03	08	03	--	--	18
E.M.E.F. Onofre Pires	01	04	04	04	05	--	--	18
E.M.E.F. Praia do Farol	02	--	01	--	02	01	--	06
E.M.E.F. Pinheiro Machado	07	02	08	04	06	--	--	27
E.M.E.F. Pinheiro Machado/Sede – manhã	--	10	09	13	09	--	--	41
Tarde	15	12	15	10	14	14	13	105
Tarde						12		
Total	26	31	40	39	39	27	13	215

2.1 A Educação Infantil no município

A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, no município de Tavares- RS é oferecida por meio de duas Escolas Municipais, estando assim constituída:

Escola Municipal de Educação Infantil Vó Angelina Menegatti Costa: atende 62 crianças na faixa etária de 0 a 3 anos – etapa Creche – em turno

integral, moradores da zona urbana e rural. Localiza-se na Rua Marcelo Gama, nº 204, bairro Centro, Tavares – RS. Seu prédio possui 273 m², composto por: 2 salas de Berçário com fraldário e banheiros infantis, 2 salas de Maternal com banheiros infantis, refeitório, cozinha, lavanderia, 1 banheiro adulto, 1 sala para Coordenação da Escola e Secretaria. Dispõe de pátio com brinquedos de pracinha e Solário para as crianças brincarem ao ar livre. Seu quadro profissional está assim composto: uma Coordenadora com formação em Pedagogia e pós-graduação em Educação Infantil e Séries Iniciais, 6 professores (um com formação em Biologia e pós em Práticas Pedagógicas Interdisciplinares e Gestão na Educação, 5 com formação em Pedagogia, sendo 1 com especialização em Psicopedagogia, 3 em Pedagogia Gestora e 1 em Educação Inclusiva), 12 atendentes (uma com formação em Pedagogia e pós em Educação Inclusiva, dez com formação no ensino e médio e uma com ensino fundamental incompleto), 1 estagiária cursando o ensino médio, 3 serventes e 2 merendeiras com ensino médio completo.

A distribuição das turmas segue conforme quadro abaixo:

TURMA	Nº DE CRIANÇAS
Berçário I (4 meses a 1 ano)	12
Berçário II (1 ano a 2 anos)	15
Maternal I (2 anos)	15
Maternal II (3 anos)	20

Está em execução o projeto para a ampliação de uma sala de Berçário, mas percebe-se a necessidade da construção de mais salas devido à grande demanda de crianças que se encontram na fila de espera.

Escola Municipal de Educação Infantil Piaquito: atende 75 crianças na faixa etária de 4 e 5 anos – etapa Pré-escola, com turmas de Pré I e II, manhã e tarde. Localiza-se na Av. Onze de Abril, nº 204, bairro Centro, Tavares – RS. Seu prédio possui 300 m², com 2 salas de aula, 1 secretaria, 1 cozinha com refeitório, 1 banheiro infantil e 1 banheiro p/ adultos. Possui pátio e um Sombreiro com areia para as crianças brincarem. O quadro de profissionais é assim composto: 5 professores (4 titulares e 1 professora substituta), ambos com formação em Pedagogia e pós-graduados: 1 em Educação Infantil e Séries Iniciais, 1 em Psicopedagogia, 1 em Educação Inclusiva, 1 Gestão e Educação Ambiental, 1 em Pedagogia Gestora, 1 secretária com ensino médio completo, 1 estagiária cursando o ensino médio e 1 estagiária cursando o nível Superior e 2 serventes com ensino médio completo.

As turmas estão assim distribuídas:

TURMA	Nº DE ALUNOS	TURNO
PRÉ I	15	Manhã
PRÉ II	20	Manhã
PRÉ I	20	Tarde
PRÉ II	20	Tarde

Obs.: As matrículas são feitas em cada nível de acordo com Edital nº 01/2014, que abre inscrições para alunos que completam a idade até o dia 28 de abril.

Está em andamento a reorganização dos espaços referentes aos sanitários infantis, sendo necessário a construção de mais um banheiro infantil para suprir a demanda e também construção com cobertura fixa para uma brinquelândia. Existem alunos frequentando turmas anexo de educação infantil nas escolas Onofre Pires e Olavo Bilac, mas que estão matriculados na Escola Piaquito, sendo disponibilizado transporte escolar para os alunos da educação infantil.

Atualmente, existe um único PPP para a educação Municipal, está sendo elaborado e discutido com a comunidade escolar a reorganização para cada escola elaborar o seu.

2.1.1 Situação do município em relação às metas nacionais 01 e 06:

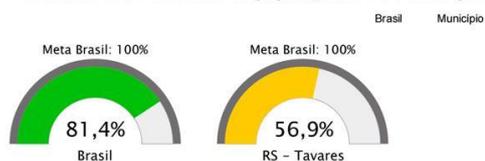
Construindo as Metas

Situação de estados e municípios em relação à meta nacional

Região:
UF:
Mesorregião:
Município: Tavares;

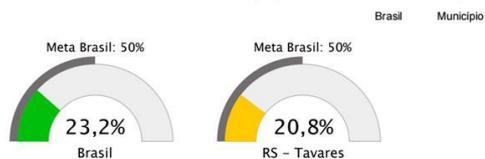
Meta 1: Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.

NT Indicador 1A - Percentual da população de 4 e 5 anos que frequenta a escola.



Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2013
Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional - 2010

NT Indicador 1B - Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a escola.



Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2013
Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional - 2010

Construindo as Metas

Recomendamos a utilização dos navegadores Google Chrome ou Mozilla Firefox.

Situação de estados e municípios em relação à meta nacional

Página Inicial

- Meta 1
- Meta 2
- Meta 3
- Meta 4
- Meta 5
- Meta 6**
- Meta 7
- Meta 8
- Meta 9
- Meta 10
- Meta 11
- Meta 12
- Meta 13
- Meta 14
- Meta 15
- Meta 16
- Meta 17
- Meta 18

Pesquisa

Meta 6 – Educação Integral

Região:

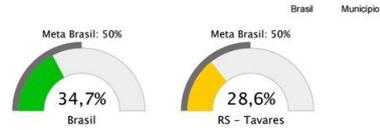
Estado:

Mesorregião:

Município:

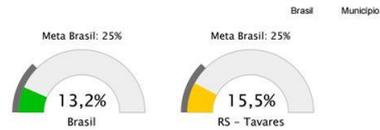
Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica

NT Indicador 6A - Percentual de escolas públicas com alunos que permanecem pelo menos 7h escolares.



Fonte: INEP/Censo Escolar da Educação Básica - 2013

NT Indicador 6B - Percentual de alunos que permanecem pelo menos 7h em atividades escolares



Fonte: INEP/Censo Escolar da Educação Básica - 2013

2.1.2 Estratégias do município para a Educação Infantil:

Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PME.

-Mobilizar e conscientizar a comunidade para a importância da Educação infantil;

- Revisar, anualmente, com a participação da equipe pedagógica da escola, os padrões de infraestrutura da legislação em vigor, visando assegurar o atendimento das especificidades do desenvolvimento das faixas etárias atendidas nas instituições de educação infantil (creche e pré-escola), no que se refere a:

a) espaço interno e externo com rede elétrica, iluminação e ventilação adequadas;

b) instalações sanitárias e para higiene pessoal das crianças;

c) ambiente interno e externo para o desenvolvimento de atividades, conforme as diretrizes curriculares para a educação infantil, mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos;

- Promover a divulgação dos padrões de infraestrutura estabelecidos em lei, contemplando as situações de autorização para o funcionamento, reforma, ampliação e construção de instituições de educação infantil;

- Ampliar e ou adequar cozinhas, refeitórios, lavanderias e construir espaço próprio para secagem de roupas nas Escolas de Educação Infantil e de um Lactário para melhor organização e cumprimento das leis e resoluções vigentes na E.M.E.I. Vó Angelina Menegatti Costa;

- Garantir acesso e permanência dos alunos na rede pública, garantindo transporte escolar, uma educação de qualidade, e insumos necessários à prática educativa: biblioteca, brinquedoteca, sala de vídeo e computação, escovódromo;

- Reestruturar e garantir na matrícula e na organização das respectivas turmas o número de crianças de acordo com a seguinte relação crianças/educador:

a) de 0 a 2 anos – 06 a 08 crianças/ 01 professor e dois auxiliares;

b) de 3 anos – 15 crianças/ 01 professor e dois auxiliares;

c) de 4 a 6 anos – 17 crianças/ 01 professor e um auxiliar;

- Buscar o desenvolvimento da autonomia da criança, utilizando para isso situações em sala de aula;

- Estabelecer rotina de período integral para renovar atitudes que respeitem a individualidade, direitos e necessidades básicas da criança tais como: higiene, sono, alimentação e atividades pedagógicas;
- Viabilizar programa de informática educacional no ensino de 4 a 5 anos, disponibilizando equipamentos com internet;
- Intensificar a formação inicial para todos os profissionais que trabalham na educação (entende-se por formação inicial, a formação oferecida ao servidor quando do ingresso em cargo público);
- Manter e ampliar Conselhos Escolares e Círculo de Pais e Mestres garantindo:
 - a) maior integração na relação família-escola;
 - b) realização de reuniões em horários que facilitem a participação da família;
 - c) aumento da periodicidade das reuniões dos Conselhos Escolares e CPM's.
- Manter e ampliar, em regime de colaboração com a União, e respeitadas as normas de acessibilidade, programa de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil;
- Implementar, em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 3 (três) anos de idade;
- Preservar as especificidades da educação infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do (a) aluno(a) de 6 (seis) anos de idade no ensino fundamental;
- Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância;
- Fomentar ações articuladas com o Órgão de Proteção à Infância de modo a despertar na Comunidade local a valorização da Educação Infantil;
- Realizar e publicar, a cada ano, levantamento da demanda manifesta por educação infantil em creches e pré-escolas, como forma de planejar e verificar o atendimento;
- Estimular o acesso à educação infantil em tempo integral, para todas as crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil;
- Oferecer espaço físico apropriado e profissional com formação específica para atender as crianças com necessidades educativas especiais;

- Implantar nas escolas da zona rural, a Educação Infantil, etapa Pré-escolar, para garantir o acesso de todas as crianças;
- Implantar Sala de Apoio com profissionais como fonoaudióloga, psicóloga e psicopedagoga para trabalhar, diretamente, com as crianças da Educação Infantil e suas respectivas famílias;
- Reestruturar o espaço físico da Escola de Educação Infantil etapa pré-escola, bem como, seu quadro funcional, para receber crianças em turno integral, com uma organização pedagógica de modo a estimular o desenvolvimento infantil;
- Fomentar ações educativas fora do espaço escolar, como em quadras de futebol, ginásio de esportes, oferecendo atividades esportivas, recreativas e culturais de modo a estimular o desenvolvimento infantil;

Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica.

- Inserir gradativamente, no turno inverso e em alguns dias da semana, na pré-escola e ensino fundamental turno integral em toda rede pública e adequar o espaço e o número de funcionários para atender a demanda;
- Oferecer em forma de oficinas: música, banda, teatro, folclore, resgatando e mantendo a cultura local (ensaio de pagamento de promessa, ternos juninos, danças tradicionais), poesias, educação ambiental.
- Atender às escolas do campo e de comunidades quilombolas na oferta de educação em tempo integral, com base em consulta prévia e informada, considerando-se as peculiaridades locais;
- Garantir a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na faixa etária de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos, assegurando atendimento educacional especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas;
- Adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos alunos na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas e culturais.
- Reestruturar políticas públicas, disponibilizando recursos humanos e financeiros, por meio de programas que assegurem a permanência do aluno na escola.

2.2 ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO

Na etapa de Ensino Fundamental o município de Tavares conta com 04 Escolas Municipais e 01 Estadual, sendo que as Municipais estão localizadas na zona rural. **A Escola Municipal de Ensino Fundamental Pinheiro Machado** está situada ao norte do município, na localidade chamada Capororocas, aproximadamente uns 5 km da Sede do Município. A escola é multisseriada e funciona nos turnos manhã e tarde. O prédio conta com uma boa infra-estrutura, 4 salas de aulas, 1 sala ampla que é usada como: secretaria, biblioteca, laboratório de informática e sala de professores. A Escola conta com atendimento de um professor em cada turno, que atende na Biblioteca da escola. Esta sala é uma construção recente, tem mobiliário necessário para a demanda, o acervo de livros literários é suficiente para o atendimento do número de alunos, e tem acesso à internet. As salas de aulas estão equipadas com móveis escolares em bom estado de uso. A cozinha recentemente ampliada, conta com todos equipamentos necessários para um bom funcionamento; o refeitório tem mesas suficientes para atender os alunos por turnos. Foi construído, recentemente, um banheiro com acessibilidade para uso dos educadores e alunos e reformado, os dois banheiros, masculino e feminino. Foi construída também uma área coberta com calçada que dá acesso aos banheiros, sendo que estas ampliações e reformas foram realizadas em atendimento a demanda diagnosticada no PDE 2012/2013. O pátio da escola é amplo, cercado com tela, tem uma brinquelândia e uma quadra poliesportiva sem cobertura.

A matrícula inicial de 2015 é de 26 alunos do 1º ao 5º ano; o corpo docente da escola é de 06 professores, sendo que 5 professores estatutários com formação em Pedagogia e Especializações em educação e 01 professora do regime celetista com Ensino Fundamental, destes, 4 são titulares de turma e 2 auxiliares, substituindo em horas atividades e atendendo na biblioteca e secretaria, no quadro funcional da escola tem também uma servente e uma merendeira. A partir do ano 2002, atendendo a demanda de alunos que gostariam de estudar na rede municipal de ensino foi criado um anexo da Escola Pinheiro Machado na sede do município, que ora tramita o processo junto à 11º CRE e CEEE, com a devida documentação para regularização e autorização de funcionamento como escola nova, de 1º ao 9º ano, que será denominada Professora Izabel Cristina Lemos Menegaro. Atualmente estão matriculados 145 alunos, do 1º ao 7º ano. A escola atende nos turnos manhã e tarde. Atuam na escola 28 profissionais da educação: Diretora, Coordenadora Pedagógica, 17 Professores, 01 Monitor, 01 Estagiária, 01 Secretária, 03 Merendeiras e 03 Serventes. Os professores que atuam na escola são todos graduados, em sua maioria Pedagogia com Especializações.

A infra-estrutura do prédio é adequada, a partir de uma construção recente, que contempla 09 salas de aulas, sala de professores, cozinha

equipada, almoxarifado, refeitório, banheiros dos alunos, masculino e feminino, banheiro com acessibilidade, banheiro para funcionários, sala de supervisão, onde também funciona, atualmente, o atendimento aos alunos com dificuldades de aprendizagem, sala da direção e secretaria. Junto ao prédio tem uma área coberta para atividades recreativas. O pátio é amplo, cercado por tela, dividido em dois ambientes com espaço livre para a prática de brincadeiras e jogos. No entanto, ainda é necessária a construção de uma sala específica para o funcionamento da biblioteca, que ora está organizada na sala dos professores, bem como, uma sala também para o laboratório de informática.

A **Escola Municipal de Ensino Fundamental Praia do Farol** está situada ao leste do município, na orla marítima, no Balneário Praia do Farol, aproximadamente 25 km da Sede do Município. A escola é multisseriada e funciona nos turnos manhã e tarde. O prédio é de madeira, composto por duas salas, uma sala de aula equipada com móveis escolares em bom estado de uso e a outra como biblioteca e vídeo, tem mobiliário necessário para a demanda, o acervo de livros literários é suficiente para o atendimento do número de alunos. A Escola tem acesso à internet, bem como, oferece laptops para uso dos alunos. A cozinha é pequena, servindo também como refeitório e conta com todos equipamentos necessários para um bom funcionamento; tem um banheiro; uma área coberta que dá acesso a todas às salas. O pátio da escola é cercado com cerca de madeira e tem uma brinquelândia. As janelas são de madeiras com vidros e caixilhos, o que deixa vulnerável a arrombamentos.

A matrícula inicial de 2015 é de 6 alunos do 1º ao 6º ano; que são atendidos por uma professora com 40 horas semanais, com formação em Pedagogia, e que também é responsável pela merenda e limpeza da Escola.

A **Escola Municipal de Ensino Fundamental Olavo Bilac** está situada ao oeste do município, na localidade chamada Posto, aproximadamente uns 4 km da Sede do Município. A escola é multisseriada e funciona no turno da tarde. O prédio conta com uma boa infra-estrutura, 4 salas de aulas, 1 sala ampla que é usada como: secretaria, biblioteca e sala de professores que conta com atendimento de uma professora. A sala tem mobiliário necessário para a demanda e o acervo de livros literários é suficiente para o número de alunos matriculados. A escola conta também com acesso à internet. A cozinha recentemente ampliada, conta com todos equipamentos necessários para um bom funcionamento. O refeitório tem mesas suficientes para atender os alunos. Foi construída recentemente uma área coberta, com calçada que dá acesso aos banheiros. O pátio da escola é amplo, cercado com tela, tem uma brinquelândia e uma quadra poliesportiva sem cobertura.

A matrícula inicial de 2015 é de 19 alunos do 1º ao 5º ano, o corpo docente da escola é de 04 professores, sendo que 3 professores estatutários com

formação em Pedagogia e Especializações em Educação e 01 professora do regime celetista com formação em Pedagogia. Destes, três são titulares de turma e 1 auxiliar, substituindo nas horas atividades para planejamento. Esse professor auxiliar também atende na biblioteca e secretaria. O quadro funcional da escola conta também com uma merendeira.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Onofre Pires está situada ao sul do município, na localidade chamada Capão Comprido, aproximadamente 15 km da Sede do Município. A escola é multisseriada e funciona no turno da tarde. O prédio conta com 3 salas de aulas, 1 sala muito pequena que é usada como secretaria e biblioteca. Conta com o atendimento de uma estagiária do curso de Educação física, que atende na secretaria, biblioteca e na substituição aos professores em horas atividades para planejamento. A escola tem mobiliário adequado e em boas condições de uso e o necessário para atender a demanda. O acervo de livros literários é suficiente para o número de alunos matriculados, a escola tem acesso à internet. A cozinha tem todos equipamentos necessários para um bom funcionamento, porém, é insuficiente no tamanho necessitando de ampliação, no qual já consta um projeto de construção da cozinha e refeitório que ainda não foi executado. Conta com dois banheiros e uma sala para funcionar como biblioteca e laboratório de informática. O pátio da escola é amplo, cercado com tela, contando com uma brinquelândia e uma quadra poliesportiva sem cobertura, que necessita de reforma.

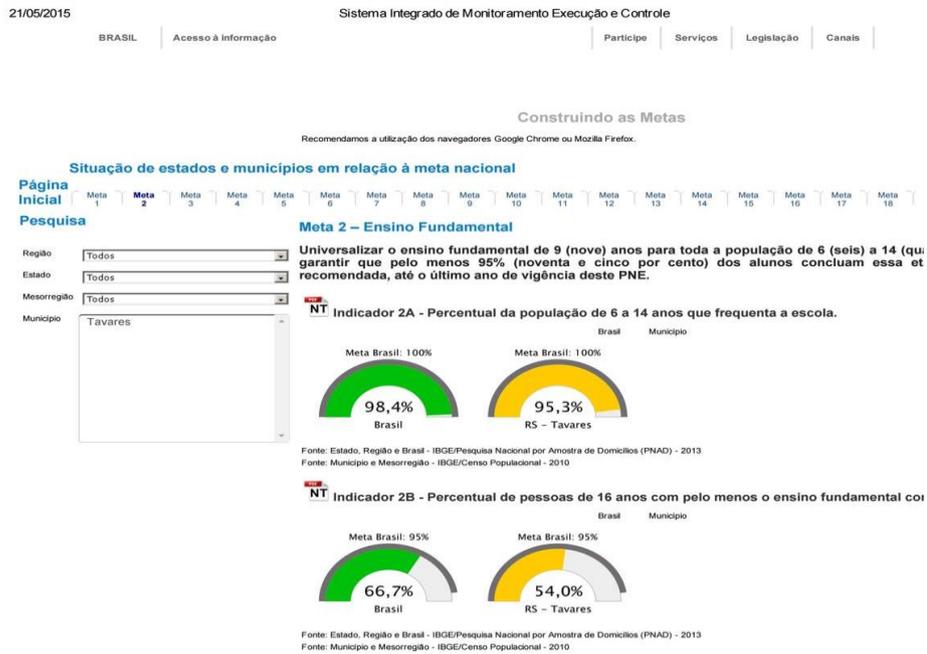
A matrícula inicial de 2015 é de 18 alunos do 1º ao 5º ano, e foi implantado nos últimos anos o funcionamento de um anexo da Escola Piazito, hoje com 06 alunos de Pré nível I e II. O corpo docente da escola é de 03 professores, sendo que 2 professores estatutários com formação em Pedagogia e Especializações em Educação atuando no Ensino Fundamental e 01 professora com Pedagogia contratada para atuar na Educação Infantil. O quadro funcional da escola conta também com as atividades de uma merendeira.

O município conta também com uma escola estadual, **Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Edgardo Pereira Velho**, que iniciou suas atividades em 13 de março de 1953 com as séries iniciais. Após esse período sofreu alterações de nomenclaturas com Decretos de 1961 e 1969. Em 1979 recebeu autorização e funcionamento da 6ª série e em 1980 7ª e 8ª séries.

Em 14 de outubro de 1982 obteve a Autorização para funcionamento também do então 2º grau. Desde então a escola se mantém com ensino fundamental e médio (conforme nomenclatura atual).

Hoje a apresentação é de Ensino Fundamental de nove anos com regimentos e Projetos Político-Pedagógicos específicos - 1º a 5º anos correspondentes aos anos iniciais do Ensino Fundamental e 6º ao 9º anos correspondentes aos anos finais do Ensino Fundamental.

2.2.1 Situação do município em relação às metas nacionais 02, 05 e 07:



Construindo as Metas

Recomendamos a utilização dos navegadores Google Chrome ou Mozilla Firefox.

Situação de estados e municípios em relação à meta nacional

Página

Inicial

Meta 1

Meta 2

Meta 3

Meta 4

Meta 5

Meta 6

Meta 7

Meta 8

Meta 9

Meta 10

Meta 11

Meta 12

Meta 13

Meta 14

Meta 15

Meta 16

Meta 17

Meta 18

Meta 7 – Qualidade da Educação Básica/IDEB

Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo que se atinjam as seguintes médias nacionais para o Ideb: 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental; 5,2 no ensino médio.

Acesse as metas do IDEB em: ideb.inep.gov.br

Construindo as Metas

Recomendamos a utilização dos navegadores Google Chrome ou Mozilla Firefox.

Situação de estados e municípios em relação à meta nacional

Página Inicial | Meta 1 | Meta 2 | Meta 3 | Meta 4 | **Meta 5** | Meta 6 | Meta 7 | Meta 8 | Meta 9 | Meta 10 | Meta 11 | Meta 12 | Meta 13 | Meta 14 | Meta 15 | Meta 16 | Meta 17 | Meta 18

Pesquisa

Região: Todos

Estado: Todos

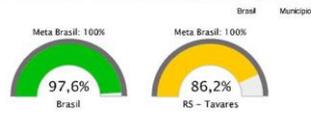
Mesorregião: Todos

Município: Tavares

Meta 5 – Alfabetização Infantil

Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundament

NT Indicador 5 - Taxa de alfabetização de crianças que concluíram o 3º ano do ensino funda



Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2013
Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional - 2010

2.2.2 Estratégias do município para o Ensino Fundamental:

Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.

- Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias;
- Estimular a oferta do ensino fundamental, em especial dos anos iniciais, para as populações do campo, nas próprias comunidades, inclusive, nas comunidades quilombolas;
- Oferecer atividades extracurriculares de incentivo aos (às) estudantes e de estímulo às habilidades, inclusive mediante concursos nacionais;
- Fortalecer o monitoramento do aluno quanto à frequência, reprovação e evasão;
- Fortalecer os vínculos de afeto com limites e clareza de direitos e deveres de alunos, professores e demais funcionários no espaço escolar;
- Implantar a Sala de Recursos multifuncionais e reestruturar a Sala de Apoio para reforço escolar com atendimento individualizado;
- Implantar Programa com atividades em turno inverso, que promovam o desenvolvimento integral, com atividades educativas, esportivas, musicais, artísticas e culturais;
- Implantar nas escolas setor pedagógico de orientação aos alunos e famílias, bem como, suprir o setor administrativo das escolas com profissional específico;
- Reforçar e divulgar a importância dos Conselhos Escolares e CPMs, e do trabalho que está sendo desenvolvido;
- Promover ações de recuperação/construção de espaços cobertos para atividades poliesportivas, como, as quadras nas escolas, ginásio de esportes, bem como, demais espaços físicos que estão desativados no município;
- Garantir a aprendizagem dos alunos, avaliando seu processo de aprendizagem revendo suas dificuldades e prevendo meios para que esse aluno avance;
- Oferecer recursos didáticos e pedagógicos como laboratório de ciências e de informática, biblioteca e brinquedoteca, de modo a contemplar atividades práticas necessárias ao processo de aprendizagem dos alunos, assim como, o uso de tecnologias e multimídias como suporte pedagógico;
- Prever o uso de metodologias diferenciadas de modo a atender às necessidades dos alunos;
- Manter a acessibilidade e a inclusão em todos os níveis;
- Acolher alunos itinerantes conforme legislação vigente;

– Implantar projetos paralelos para recuperar alunos com defasagem escolar e em distorção série-idade;

-- oferecer, em dois anos, atendimento especializado às crianças com dificuldades de aprendizagem e necessidades educativas especiais, e ampliar, gradativamente, a contratação de demais profissionais que se fizerem necessários, considerando a implantação de um Centro Pedagógico especializado multidisciplinar no prazo de cinco anos após a aprovação deste plano;

– Planejar de acordo com a realidade de cada escola, cardápio diferenciado, oferecendo refeições de modo a atender aos alunos antes de começar a jornada escolar diária;

Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

- Estruturar os processos pedagógicos de alfabetização, nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na escola, com qualificação e valorização dos (as) professores (as) alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças;

- Instituir instrumentos de avaliação municipal, periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, criando na rede de ensino os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos e alunas até o final do terceiro ano do ensino fundamental;

- Selecionar, estudar e utilizar tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados na rede de ensino, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como recursos educacionais abertos;

- Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos (as) alunos (as), consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade;

- Apoiar a alfabetização de crianças do campo, quilombolas e de populações itinerantes, com a produção de materiais didáticos específicos, e desenvolver instrumentos de acompanhamento que considerem o uso da língua materna pelas comunidades e a identidade cultural das comunidades quilombolas;

- Promover e estimular a formação inicial e continuada de professores (as) para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação stricto sensu e ações de formação continuada de professores (as) para a alfabetização;

- Apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal.
- Definir número de alunos por turma, para que facilite a promoção da aprendizagem nos anos iniciais, sendo que do 1º ao 3º ano, distribuir até 17 alunos por turma;
- Garantir momentos de avaliação e debates entre os profissionais das séries iniciais e finais, com o objetivo de formular práticas pedagógicas inovadoras dentro da carga horária de trabalho;
- Fomentar ações, em parceria, Escola e Conselho Tutelar para garantir a participação da família no contexto escolar;
- Implantar Projetos Pedagógicos complementares e específicos aos alunos do 3º ano que não consolidaram a aprendizagem e que não estão alfabetizados;
- Revisar periodicamente as matrizes curriculares a partir de indicadores externos;
- Constituir núcleo de alfabetização com a participação da rede estadual e municipal de ensino, com o objetivo de estudar e aperfeiçoar as práticas pedagógicas;
- Alinhar as diretrizes curriculares da Educação Infantil e Ensino Fundamental;

Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb:

IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do ensino fundamental	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos finais do ensino fundamental	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino médio	4,3	4,7	5,0	5,2

- Estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos (as) alunos (as) para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local;
- Assegurar que:
 - a) no quinto ano de vigência deste PME, pelo menos 70% (setenta por cento) dos (as) alunos (as) do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável;

b) no último ano de vigência deste PME, todos os (as) estudantes do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável;

- Levantar, em colaboração entre a União e o Estado, um conjunto de informações para serem lançadas como indicadores de avaliação institucional com base no perfil do alunado e do corpo de profissionais da educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino;

- Induzir processo contínuo de autoavaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos (as) profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática;

- Formalizar e executar os planos de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e professoras e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar;

- Associar a prestação de assistência técnica financeira à fixação de metas intermediárias, nos termos estabelecidos conforme pactuação voluntária entre os entes, priorizando a rede de ensino com o Ideb abaixo da média nacional;

- Aprimorar continuamente os instrumentos de avaliação da qualidade do ensino fundamental e médio, de forma a englobar o ensino das ciências humanas e natureza, nos exames aplicados nos anos finais do ensino fundamental, bem como apoiar o uso dos resultados das avaliações municipais pelas escolas e redes de ensino para a melhoria de seus processos e práticas pedagógicas;

- Desenvolver indicadores específicos de avaliação da qualidade da educação especial, bem como, da qualidade da educação bilíngüe para surdos;

- Orientar as políticas da rede de ensino, de forma a buscar atingir as metas do Ideb, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e a média nacional, garantindo equidade da aprendizagem e reduzindo pela metade, até o último ano de vigência deste PME, as diferenças entre as médias dos índices das escolas no município;

- Acompanhar e divulgar bianualmente os resultados pedagógicos dos indicadores do sistema nacional de avaliação da educação básica e do Ideb, relativos às escolas do município de Tavares, bem como, implementar um indicador a partir de um sistema interno de avaliação;

- Melhorar o desempenho dos alunos da educação básica nas avaliações da aprendizagem no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes - PISA,

tomado como instrumento externo de referência, internacionalmente reconhecido, de acordo com as seguintes projeções:

PISA	2015	2018	2021
Média dos resultados em matemática, leitura e ciências	438	455	473

- Garantir transporte gratuito para todos (as) os (as) estudantes da educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e padronização integral da frota de veículos, de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, e financiamento compartilhado, com participação da União, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local;
- Desenvolver pesquisas de modelos alternativos de atendimento escolar para a população do campo que considerem as especificidades locais e as boas práticas nacionais e internacionais;
- Universalizar, até o quinto ano de vigência deste PME, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e triplicar, até o final da década, a relação computador/ aluno (a) nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação;
- Apoiar técnica e financeiramente a gestão escolar mediante transferência de recursos financeiros da União à escola, por meio das Unidades Executoras, Círculo de pais e Mestres, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática;
- Ampliar programas e aprofundar ações de atendimento ao (à) aluno (a), em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;
- Assegurar a todas as escolas públicas de educação básica o acesso a energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos e garantir o acesso dos alunos a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de ciências e, em cada edifício escolar, garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência;
- Institucionalizar e manter, em regime de colaboração, programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas, visando à equalização das oportunidades educacionais;
- Informatizar integralmente a gestão das escolas públicas e da Secretaria de Educação do Município, bem como manter programa municipal de formação inicial e continuada para o pessoal técnico da Secretaria de Educação;
- Garantir políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para

detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade;

- Implementar políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando os princípios da [Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990](#) - Estatuto da Criança e do Adolescente;

- Garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nºs [10.639, de 9 de janeiro de 2003](#), e [11.645, de 10 de março de 2008](#), assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil;

- Consolidar a educação escolar no campo de populações tradicionais, de populações itinerantes e de comunidades quilombolas, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários e garantindo: o desenvolvimento sustentável e preservação da identidade cultural; a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições, consideradas as práticas socioculturais e as formas particulares de organização do tempo; a oferta bilíngue na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, a reestruturação e a aquisição de equipamentos; a oferta de programa para a formação inicial e continuada de profissionais da educação; e o atendimento em educação especial;

- Desenvolver currículos e propostas pedagógicas específicas para educação escolar para as escolas do campo e para as comunidades quilombolas, incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades e considerando o fortalecimento das práticas socioculturais, produzindo e disponibilizando materiais didáticos específicos, inclusive para os (as) alunos (as) com deficiência;

- Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais;

- Promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

- Universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos (às) estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde;

- Estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e

emocional dos (das) profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

- Fortalecer, com a colaboração técnica e financeira da União, em articulação com o sistema nacional de avaliação, os sistemas estaduais de avaliação da educação básica, com participação, por adesão, da rede municipal de ensino, para orientar as políticas públicas e as práticas pedagógicas, com o fornecimento das informações às escolas e à sociedade;

- Promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e leitoras e a capacitação de professores e professoras, bibliotecários e bibliotecárias e agentes da comunidade para atuar como mediadores e mediadoras da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem;

- Promover a regulação da oferta da educação básica pela iniciativa privada, de forma a garantir a qualidade e o cumprimento da função social da educação;

- Estabelecer políticas de estímulo às escolas que melhorarem o desempenho no Ideb, de modo a valorizar o mérito do corpo docente, da direção e da comunidade escolar.

- Criar mecanismos para garantir levantamento e lançamento de informações no Censo Escolar que reflita a situação das famílias dos alunos matriculados;

- Reativar o Conselho Municipal de Educação;

- Reconstruir espaços na comunidade que estão desativados para serem utilizados em oficinas educativas em turno inverso;

- Prover nas escolas de tempo integral, para todas as crianças e jovens matriculadas, um mínimo de 03 refeições adequadas e definidas por nutricionista; monitoria das tarefas escolares; desenvolvimento da prática de esportes com professor de educação física, atividades artísticas e culturais, associados às ações sócio-educativas e em parceria com a Secretaria de Saúde.

2.3 O ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO

O Ensino Médio na E.E.E.M. Edgardo Pereira Velho iniciou suas atividades com o Decreto de Criação em 14 – 10 – 82 para as turmas de 2º Grau, dando início a uma etapa importante uma vez que ampliou as possibilidades de estudo para os jovens da região que havia a sua disposição apenas até a extinta 8º série.

A partir de 23 – 03- 2000 instituiu-se a Portaria de Alteração de Designação – Ensino Médio, conferindo mais abrangência da importância desta etapa na formação educacional e potencializando os sonhos dos jovens em seguir no Ensino Técnico e Graduações partindo dos Históricos e Certificados de Conclusão do Ensino Médio.

E finalmente, em março de 2012, o Ensino Médio Politécnico com formação educacional nas bases que constituem os conteúdos para o Ensino Médio com características de Politecnia. A avaliação do Ensino Politécnico se faz por pareceres descritivos a partir de conceitos como: CSA – Construção Satisfatória da Aprendizagem, CPA – Construção Parcial da Aprendizagem e CRA – Construção Restrita da Aprendizagem.

- CSA em todas as Áreas – Aprovado;
- CPA em uma Área – Aprovado com PPDA ou PP/PPDA;
- CRA em uma Área – Aprovado com PP/PPDA;
- Alunos com CPA ou CRA em duas Áreas ou mais – reprovado;
- PPDA – Plano Pedagógico Didático de Apoio é um conjunto de atividades pedagógicas específicas, planejadas, executadas e acompanhadas pelos professores, no processo, que por objetivo a superação das dificuldades constatadas e registradas no Parecer Descritivo. Dentro da perspectiva do Politécnico também se realiza o SIP – Seminário Integrado Politécnico onde são desenvolvidos projetos de pesquisa respeitando as etapas de planejamento, execução, recursos e desenvolvimento partindo dos educandos e suas propostas de descobertas e acontecendo em projetos interdisciplinares e com momentos de culminância além de saídas a campo.

2.3.1 Situação do município em relação às metas nacionais 03 e 11:

Construindo as Metas

Recomendamos a utilização dos navegadores Google Chrome ou Mozilla Firefox.

Situação de estados e municípios em relação à meta nacional

Página Inicial

Meta 1 | Meta 2 | **Meta 3** | Meta 4 | Meta 5 | Meta 6 | Meta 7 | Meta 8 | Meta 9 | Meta 10 | Meta 11 | Meta 12 | Meta 13 | Meta 14 | Meta 15 | Meta 16 | Meta 17 | Meta 18

Pesquisa

Região: Todos

Estado: Todos

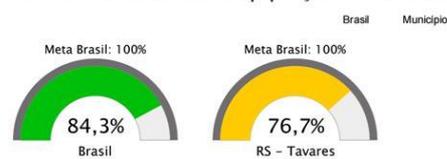
Mesorregião: Todos

Município: Tavares

Meta 3 – Ensino Médio

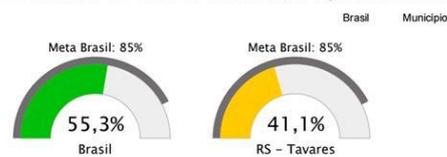
Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (deze) anos de idade, e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio (oitenta e cinco por cento).

NT Indicador 3A - Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola.



Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2013
Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional - 2010

NT Indicador 3B - Taxa de escolarização líquida no ensino médio da população de 15 a 17 anos



Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2013
Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional - 2010

Construindo as Metas

Recomendamos a utilização dos navegadores Google Chrome ou Mozilla Firefox.

Situação de estados e municípios em relação à meta nacional

Página
InicialMeta 1 | Meta 2 | Meta 3 | Meta 4 | Meta 5 | Meta 6 | Meta 7 | Meta 8 | Meta 9 | Meta 10 | **Meta 11** | Meta 12 | Meta 13 | Meta 14 | Meta 15 | Meta 16 | Meta 17 | Meta 18

Pesquisa

Região Todos

Estado Todos

Meta 11 – Educação Profissional

**Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade de
menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.****NT** Indicador 11A - Matrículas em educação profissional técnica de nível médio.

Brasil

Meta Brasil: 4.808.838 matrículas



Fonte: INEPI/Censo Escolar da Educação Básica - 2013

NT Indicador 11B - Matrículas em educação profissional técnica de nível médio na rede pública.

Brasil

Meta Brasil: 2.503.465 matrículas



Fonte: INEPI/Censo Escolar da Educação Básica - 2013

2.3.2 Estratégias para o Ensino Médio considerando a oferta pela rede estadual

Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

- Institucionalizar programa nacional de renovação do ensino médio, a fim de incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte, garantindo-se a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico, a formação continuada de professores e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais;
- Ofertar oficinas interdisciplinares de formação continuada que estimulem o estudante a desencadear buscas profissionais futuras;
- Garantir que avaliação seja realizada de forma emancipatória, proporcionando ao sujeito maior autonomia e criticidade;
- Pactuar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do art. 7º da Lei do PNE, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino médio;
- Garantir a fruição de bens e espaços culturais, de forma regular, bem como a ampliação da prática desportiva, integrada ao currículo escolar;
- Manter e ampliar programas e ações de correção de fluxo do ensino fundamental, por meio do acompanhamento individualizado do (a) aluno (a) com rendimento escolar defasado e pela adoção de práticas como aulas de reforço no turno complementar, estudos de recuperação e progressão, de forma a reposicioná-lo no ciclo escolar de maneira compatível com sua idade;
- Estruturar e fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência dos e das jovens beneficiários (as) de programas de transferência de renda, no ensino médio, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e juventude;
- Promover a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos fora da escola, em articulação com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude;
- Fomentar programas de educação e de cultura para a população urbana e do campo de jovens, na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos, e de

adultos, com qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar;

- Redimensionar a oferta de ensino médio nos turnos diurno e noturno, de forma a atender a toda a demanda, de acordo com as necessidades específicas dos (as) alunos (as);
- Desenvolver formas alternativas de oferta do ensino médio, garantida a qualidade, para atender aos filhos e filhas de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante;
- Implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão;
- Estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas.

3 A EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NO MUNICÍPIO

O desenvolvimento histórico da educação especial no Brasil inicia-se no século 19, quando os serviços dedicados a esse segmento de nossa população, inspirados por experiências norte-americanas e europeias, foram trazidos por alguns brasileiros que se dispunham a organizar e a implementar ações isoladas e particulares para atender a pessoas com deficiências físicas, mentais e sensoriais. Essas iniciativas não estavam integradas às políticas públicas de educação e foi preciso o passar de um século, aproximadamente, para que a educação especial passasse a ser uma das componentes de nosso sistema educacional. De fato, no início dos anos 60 é que essa modalidade de ensino foi instituída oficialmente, com a denominação de "educação dos excepcionais". Podemos, pois, afirmar que a história da educação de pessoas com deficiência no Brasil está dividida entre três grandes períodos:

- de 1854 a 1956 - marcado por iniciativas de caráter privado;
- de 1957 a 1993 – definido por ações oficiais de âmbito nacional;
- de 1993.... – caracterizado pelos movimentos em favor da inclusão escolar.

No primeiro período enfatizou-se o atendimento clínico especializado, mas incluindo a educação escolar e nesse tempo foram fundadas as instituições mais tradicionais de assistência às pessoas com deficiências mental, físicas e sensoriais que seguiram o exemplo e o pioneirismo do Instituto dos Meninos Cegos, fundado na cidade do Rio de Janeiro, em fins de 1854.

Entre a fundação desse Instituto e os dias de hoje, a história da educação especial no Brasil foi se estruturando, seguindo quase sempre modelos que primam pelo assistencialismo, pela visão segregativa e por uma segmentação das deficiências, fato que contribui ainda mais para que a formação escolar e a

vida social das crianças e jovens com deficiência aconteçam em um mundo à parte.

A educação especial foi assumida pelo poder público em 1957 com a criação das "Campanhas", que eram destinadas especificamente para atender a cada uma das deficiências. Nesse mesmo ano, instituiu-se a Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro – CESB, seguida da instalação do Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, que até agora existe, no Rio de Janeiro/RJ. Outras Campanhas similares foram criadas posteriormente, para atender à outras deficiências.

Em 1972 foi constituído pelo Ministério de Educação e Cultura – MEC o Grupo-Tarefa de Educação Especial e juntamente com o especialista James Gallagher, que veio ao Brasil a convite desse Grupo, foi apresentada a primeira proposta de estruturação da educação especial brasileira, tendo sido criado um órgão central para geri-la, sediado no próprio Ministério e denominado Centro Nacional de Educação Especial - CENESP. Esse Centro, hoje, é a Secretaria de Educação Especial - SEESP, que manteve basicamente as mesmas competências e estrutura organizacional de seu antecessor, no MEC.

A condução das políticas brasileiras de educação especial esteve por muito tempo nas mesmas mãos, ou seja, foram mantidas por um grupo que se envolveu a fundo com essa tarefa. Essas pessoas, entre outras, estavam ligadas a movimentos particulares e beneficentes de assistência aos deficientes que até hoje têm muito poder sobre a orientação das grandes linhas da educação especial. Na época do regime militar eram generais e coronéis que lideravam as instituições especializadas de maior porte e, atualmente, alguns deles se elegeram deputados, após assumirem a coordenação geral de associações e continuam pressionando a opinião pública e o próprio governo na direção de suas conveniências.

Os pais de pessoas com deficiência estão entre os que compõem essa liderança e a maioria deles têm sido uma grande força, mais para manter, do que para mudar as concepções e condições de atendimento clínico e escolar de seus filhos com deficiência.

Não podemos, pois, desconsiderar as iniciativas de caráter privado e beneficente lideradas pelos pais no atendimento clínico e escolar de pessoas com deficiência, assim como na formação para o trabalho (protegido), apesar de suas intenções serem na maioria das vezes, respaldadas pela discriminação e pelo forte protecionismo.

Temos de destacar os pais de crianças com deficiência mental, que são os mais numerosos e que fundaram mais de 1000 APAE em todo o Brasil. A tendência do movimento de pais é ainda a de se organizarem em associações especializadas, gerenciadas por eles próprios, que buscam parcerias com a sociedade civil e o governo para atingir suas metas, sendo basicamente financiados pelos poderes públicos municipal, estadual e federal.

Só muito recentemente, a partir da última década de 80 e início dos anos 90 as pessoas com deficiência, elas mesmas, têm se organizado, participando de Comissões, de Coordenações, Fóruns e movimentos, visando assegurar, de alguma forma os direitos que conquistaram de serem reconhecidos e respeitados em suas necessidades básicas de convívio com as demais pessoas. Esses movimentos estão se infiltrando em todos os ambientes relacionados ao trabalho, transporte, arquitetura, urbanismo, segurança previdência social, acessibilidade em geral. As pessoas buscam afirmação e querem ser ouvidos, como outras vozes das minorias, que precisam ser consideradas em uma sociedade democrática, como a que hoje vivemos neste país. Mas, infelizmente, apesar de estarem presentes e terem mostrado suas atuações em vários aspectos da vida social, os referidos movimentos não são ainda fortes no que diz respeito às prerrogativas educacionais, aos processos escolares, notadamente os inclusivos. Assim, temos a Legislação que regulamenta a educação especial no Brasil:

- Constituição Federal de 1988 - Educação Especial
- Lei nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBN
- Lei nº 9394/96 – LDBN - Educação Especial
- Lei nº 8069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente - Educação Especial
- Lei nº 8069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente
- Lei nº 8859/94 - Estágio
- Lei nº 10.098/94 - Acessibilidade
- Lei nº 10.436/02 - Libras
- Lei nº 7.853/89 - CORDE - Apoio às pessoas portadoras de deficiência
- Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994 - Passe Livre
- Lei nº 9424 de 24 de dezembro de 1996 - FUNDEF
- Lei nº 10.845, de 5 de março de 2004 - Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência
- Lei nº 10.216 de 4 de junho de 2001 - Direitos e proteção às pessoas acometidas de transtorno mental
- Plano Nacional de Educação - Educação Especial

A Educação Inclusiva se configura na diversidade inerente à espécie humana, buscando perceber e atender as necessidades educativas especiais de todos os sujeitos-alunos, em salas de aulas comuns, em um sistema regular de ensino, de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal de todos. Prática pedagógica coletiva, multifacetada, dinâmica e flexível requer mudanças significativas na estrutura e no funcionamento das escolas, na formação humana dos professores e nas relações família-escola.

A educação inclusiva aponta para a transformação de uma sociedade inclusiva e é um processo em que se amplia a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular. Trata-se de uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas de

modo que estas respondam à diversidade dos alunos. É uma abordagem humanística, democrática, que percebe o sujeito e suas singularidades, tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos.

A inclusão perpassa pelas várias dimensões humanas, sociais e políticas, e vem gradualmente se expandindo na sociedade contemporânea, de forma a auxiliar no desenvolvimento das pessoas em geral de maneira e contribuir para a reestruturação de práticas e ações cada vez mais inclusivas e sem preconceitos.

O ensino inclusivo não deve ser confundido com educação especial embora o contemple. No Brasil, a Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva, assegura acesso ao ensino regular a alunos com deficiência diversificada como: mental, física, surdos, cegos, etc., com transtornos globais do desenvolvimento e a alunos com altas habilidades/superdotação, desde a educação infantil até à educação superior. No nosso país, o ensino especial foi, na sua origem, um sistema separado de educação das crianças com deficiência, fora do ensino regular, baseado na crença de que as necessidades das crianças com deficiência não podem ser supridas nas escolas regulares. Na perspectiva da Educação Inclusiva, outras racionalidades estão surgindo sobre a aprendizagem. Fazendo uso da concepção Vygostskyana, principalmente, na qual entende que a participação inclusiva dos alunos facilita o aprendizado para todos. Este entendimento está baseado no conceito da Zona de Desenvolvimento Proximal, ou seja, zona de conhecimento a ser conquistada, por meio da mediação do outro, seja este o professor ou os próprios colegas.

3.1 Educação Especial e Inclusiva nas Escolas Municipais

A Educação Inclusiva nas Escolas da Rede Municipal de Ensino acontece há várias décadas, reconhecemos que não havia o mesmo olhar de hoje, especialmente a partir da implantação do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade iniciado pelo Ministério de Educação em 2003, através da Secretaria de Educação Especial, que tem o objetivo de garantir o acesso de todas as crianças e adolescentes com necessidades educacionais especiais ao sistema educacional público, bem como disseminar a política de construção de sistemas educacionais inclusivos e apoiar o processo de implementação nos municípios brasileiros. Voltando a Educação Inclusiva ocorrida nas décadas de 80 e 90 em nosso município, no qual vivenciamos e temos um pouco de conhecimento, constatamos que nossos alunos eram matriculados normalmente, sem nenhum laudo ou diagnóstico, em alguns casos os alunos chegavam a escola já rotulados como alunos problemáticos, entre outros, o que de certa forma amedrontava o educador, pois teria um desafio ou problema para o ano letivo. No decorrer dos dias e meses, observava-se melhor o aluno e na sua pouca informação, mas usando da percepção e preocupação com o aprendizado do aluno, constatávamos a necessidade de um parecer de um profissional que nos dissesse como agir com aquele aluno, por desconhecer

outras especializações. Em geral era um médico o mais indicado, porém até chegar a esta constatação o professor percorria um caminho muito difícil que era de conscientizar os pais e orientá-los a buscar ajuda profissional, pois em sua maioria não reconheciam ou não aceitavam tal necessidade do filho.

O Programa de Educação Inclusiva que vem sendo desenvolvido, com certeza é um avanço em relação ao passado, quando um jovem portador de necessidades especiais era excluído da sociedade, sendo mantido somente dentro de sua casa, além de não receber nenhum tipo de educação e de não participar de contatos ou atividades sociais, muitas vezes sendo até mesmo maltratado. Em nossas escolas municipais a Educação Inclusiva está sendo priorizada a cada ano com mais intensidade, nos últimos anos a SMECD vem desenvolvendo políticas públicas voltadas ao atendimento de alunos com necessidades especiais, através da implantação de salas de apoio, sala de reforço escolar, conta ainda com a parceria de outras Secretarias como de Saúde e Ação Social, por meio de atendimento psicológico e fonoaudiólogo. Profissionais com especializações em Educação Inclusiva são anualmente contratados pela SMECD para desenvolver projetos que contemplem a formação de docente ou atendam a demanda de pais e alunos no que abrange a este tema, a exemplo o trabalho desenvolvido com professores, pais e alunos com a psicóloga e religiosa em 2014.

Nos últimos anos vem sendo ofertado após estudos e diagnóstico prévio de alguns casos, ou ainda por solicitação do professor regente, um professor de apoio na turma com aluno com necessidade especial. Entretanto, para que a inclusão de fato se concretize, é necessário que os professores estejam preparados para lidar com esse tipo de situação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no 9.394/96 em seu art. 59, inciso III, diz que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos com necessidades especiais “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como, professores do ensino regular capacitados para a integração desses alunos nas classes comuns” (Brasil, 1996, p. 44). A Secretaria Municipal de Educação de Tavares busca incentivar os professores a participarem de Especializações e Cursos em Educação Inclusiva, através de formação continuada oferecida pela Secretaria, a exemplo os encontros com especialista em Educação Especial, ou em outros locais como Encontro de Práticas Educativas de Educação Especial em Mostardas, uma parceria com a APAE e Secretarias de Educação de municípios, assim, como já aconteceu em Capivari do Sul.

A Escola Municipal Pinheiro Machado foi a única escola municipal contemplada há alguns anos com uma sala de recurso, este material atualmente se encontra disponível na sala de apoio que atende alunos com dificuldades de aprendizagem por meio da política de Educação Inclusiva. Trata-se de uma sala com materiais diferenciados, e conta com uma profissional na área de psicopedagogia institucional, com o desenvolvimento de um Projeto voltado, especificamente, para o atendimento às dificuldades da aprendizagem.

3.2 A Educação Especial e Inclusiva na Rede Estadual

A Escola Estadual de Ensino Médio Edgardo Pereira Velho foi criada em 18 de abril de 1953, sob Decreto de criação nº 3871 de 14/03/1953 D.O 14/03/1953, fica situada no município de Tavares/RS a 240 km da Capital, atualmente, com 645 alunos matriculados. A Sala de Recursos de (DM) da Escola foi criada sob o Parecer nº 58/94, que atualmente, atende alunos desta Modalidade que estão incluídos nas Series Iniciais do Ensino Fundamental e EJA. Em 2006 a sala específica para Necessidades Especiais foi desativada para tornar-se Sala Multifuncional. Hoje a nomenclatura e as especificidades continuam Sala Multifuncional, atendendo alunos com necessidades especiais, possibilitando a inserção dos alunos no ensino regular mantendo acompanhamento paralelo, também recebendo demandas de alunos com dificuldades específicas de aprendizagem em qualquer área do conhecimento, bem como, de qualquer turma ou turno. A Sala possui um cronograma de atendimento, planejamentos diferenciados, material pedagógico e de acordo com a pertinência da sala tais como: material para apoio e desenvolvimento da alfabetização em libras e braile. Material possibilitador de acessibilidade física e motora. Dispõe de jogos destinados para as áreas de conhecimento, raciocínio lógico-matemático, áreas psicomotoras e potencialidades físicas. Em concordância com as atualizações pedagógicas atuais a Sala Multifuncional conta com equipamentos multimídias que potencializam a aprendizagem e é vistoriada, frequentemente, pelos representantes pedagógicos da 11ª CRE, assim como, os documentos, planejamentos e atividades desenvolvidas na sala e de abrangência nas turmas de ensino regular.

A Sala conta com uma professora responsável por este setor, graduada em Pedagogia-Habilitação em Educação de Excepcionais, Setor de Deficiências Mentais, pós-graduada em Administração Educacional, Libras em fase de conclusão, além de certificação em cursos, seminários, palestras, fóruns na área educacional, técnica e de informatização. Titular na área da Educação desde 01-03-1973 na rede municipal, 12-03-1976 na rede estadual e em 1993 na área da Educação Especial. O planejamento segue as diretrizes traçadas pela escola como projetos, eventos e em especial a participação dos alunos da Sala no JOMEEX em Porto Alegre com a participação de alunos, famílias e educadores.

A Educação Especial configura-se, portanto com atendimento individualizado em Sala Multifuncional e com atendimento paralelo nas salas de ensino regular.

ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO EDGARDO PEREIRA VELHO

Ensino Fundamental	1º	2º	3º	4º	5º
-anos iniciais	20	17	33	37	42
Ensino Fundamental	6º	7º	8º	9º	
-anos finais	53	70	102	56	-
Ensino Médio	1º	2º	3º		
Politécnico	89	63	52	-	-
EJA - Educação de	Totalidade 1	Totalidade 2			
Jovens e Adultos	5	6	-	-	-

Atualização em: 23-05-2015 / Sistema PROCERGS

Ensino Fundamental: Total: 430

Ensino Médio – Politécnico: 204

EJA- Educação de Jovens e Adultos: 11

TOTAL DE ALUNOS: 645

3. 3 Situação do município em relação à meta nacional:

Construindo as Metas

Recomendamos a utilização dos navegadores Google Chrome ou Mozilla Firefox.

Situação de estados e municípios em relação à meta nacional

Página Inicial | Meta 1 | Meta 2 | Meta 3 | **Meta 4** | Meta 5 | Meta 6 | Meta 7 | Meta 8 | Meta 9 | Meta 10 | Meta 11 | Meta 12 | Meta 13 | Meta 14 | Meta 15 | Meta 16 | Meta 17 | Meta 18

Pesquisa

Região:

Estado:

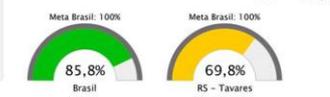
Mesorregião:

Município:

Meta 4 – Inclusão

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtorn desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garanti educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços e públicos ou conveniados.

NT Indicador 4 - Percentual da população de 4 a 17 anos com deficiência que frequenta a escol



Fonte: IBGE/Censo Populacional - 2010

3.3.1 Estratégias do município para a Educação Especial e Inclusiva:

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

- Promover, no prazo de vigência deste PME, a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a [Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
- Implantar, ao longo deste PME, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores e professoras para o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas, do campo, e de comunidades quilombolas;
- Garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, a todos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação por profissional habilitado, ouvidos a família e o aluno;
- Estimular a criação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia, para apoiar o trabalho dos (as) professores da educação básica com os (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;
- Garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos (às) alunos (as) surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do [art. 22 do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005](#), e dos arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdos- cegos;
- Garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado;
- Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como, da permanência e do desenvolvimento escolar dos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação beneficiários

(as) de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude;

- Fomentar pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos (as) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

- Promover o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais que atendam as especificidades educacionais de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação que requeiram medidas de atendimento especializado;

- Promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar, na educação de jovens e adultos, das pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida;

- Apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos (das) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores (as) do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores (as) e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdos-cegos, professores de Libras, prioritariamente surdos, e professores bilíngues;

- promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar integral das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, e favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo.

- Oportunizar à comunidade, mediante campanhas informativas e estudos nos espaços educativos, o conhecimento acerca da legislação que respalda a educação de qualidade para todos;

- Garantir, no Projeto Político Pedagógico das escolas, a inclusão de ações voltadas ao atendimento à diversidade;

- Assegurar a inserção e permanência de pessoas com necessidades educacionais especiais no sistema educacional, atendendo 100% da demanda, até o prazo de 02 anos a partir da aprovação deste Plano;

- Garantir nas escolas que têm alunos surdos a presença do profissional Intérprete e do professor itinerante para os alunos com deficiência visual;

-oferecer, em dois anos, atendimento especializado às crianças com dificuldades de aprendizagem e necessidades educativas especiais, e ampliar, gradativamente, a contratação de demais profissionais que se fizerem necessários, considerando a implantação de um Centro Pedagógico especializado multidisciplinar no prazo de cinco anos após a aprovação deste plano;

- Implantar na rede municipal de ensino, gradativamente, até o período de cinco anos, a partir da data de aprovação deste plano, Sala de Recurso Multifuncional com especialistas nas áreas da Deficiência Visual, Deficiência Intelectual, Surdez, Dificuldades de Aprendizagem, além de equipamentos que atendam às especificidades citadas, garantindo vagas a toda a demanda do município;

- Garantir formação para monitores, professores, funcionários e famílias de alunos com necessidades educativas especiais, bem como, mobilizar a comunidade em geral sobre a legislação da educação especial e suas particularidades;

4 A DIVERSIDADE NO MUNICÍPIO

4.1 A Educação no Campo

A Educação do Campo é traduzida como uma “concepção político pedagógica, voltada para dinamizar a ligação dos seres humanos com a produção das condições de existência social, na relação com a terra e o meio ambiente, incorporando os povos e o espaço da floresta, da pecuária, das minas, da agricultura, os pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos, quilombolas, indígenas e extrativistas” (CNE/MEC, 2002).

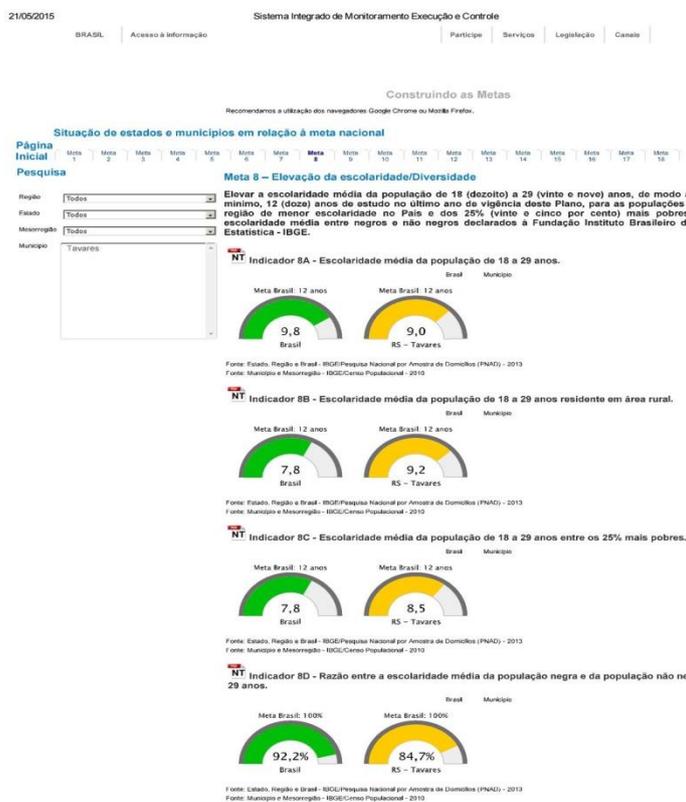
A realidade educacional de Tavares contempla uma população voltada ao trabalho no campo, seja na área da agricultura e pecuária, bem como, no extrativismo vegetal. A população voltada ao campo está localizada e organizada em várias comunidades, contemplando também a pesca e assim, formando comunidades de pescadores, agricultores e quilombolas. Os filhos dessas comunidades estão matriculados tanto em escolas dentro da sede do município, na zona urbana, como também, em escolas na zona rural.

4.2 Educação Escolar Quilombola

A educação escolar quilombola é compreendida como um processo amplo que requer atendimento diferenciado e fundamenta-se na convivência e nas relações com os outros, e com o sagrado, alimentando-se das práticas

culturais e da memória coletiva, das formas de produção do trabalho e da oralidade, considerando a participação dos movimentos sociais e outras organizações da comunidade. Assim, é urgente fortalecer políticas públicas institucionais e pedagógicas de valorização da diversidade, a fim de superar a desigualdade étnico-racial presente na educação escolar brasileira, nos diferentes níveis de ensino, ações preconizadas nas leis federais com vistas à redução da desigualdade educacional, a fim de combater todas as formas de racismo e discriminação nos diversos níveis e modalidades de ensino;

4. 3 Situação do município em relação à meta nacional 8:



4. 3. 1 Estratégias do município para a Educação no Campo e Educação Escolar Quilombola:

Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

-Garantir e assegurar acesso à Educação Básica para todos que vivem e trabalham no campo.

- Formular o projeto político pedagógico específico para as escolas do campo no Município.

- Valorizar a identidade da escola do campo adequando o currículo às reais necessidades dos alunos, assegurando o calendário e carga horária diferenciada levando em considerações as especificidades das épocas de chuva e colheitas nas escolas do campo.

- Assegurar a todas as escolas do campo, água tratada, saneamento básico, acesso a rede mundial de computadores em banda larga e acessibilidade à pessoa com deficiência.

- Inserção de datas comemorativas alusivas a cultura do campo (Dia da Terra, Dia do Agricultor, Dia Mundial da Alimentação, entre outros).

- Criar um Núcleo de Educação do Campo com os atores envolvidos nesta discussão, para estudo, planejamento e acompanhamento da implementação da proposta do Plano Municipal de Educação.

-Fortalecer a complementação da merenda escolar com alimentos produzidos na agricultura familiar;

-Criar políticas de incentivo e de organização da matrícula de alunos por zoneamento, em escolas que estão localizadas na Comunidade;

- Oferecer em turno inverso, oficinas de música, dança, artesanato, teatro, técnicas agrícolas, educação no trânsito, educação ambiental e folclore local;

- Oferecer em turno inverso atendimento complementar ao aluno com rendimento escolar defasado;

- Garantir que alunos das Escolas do Campo tenham atendimento em Centro Pedagógico Especializado de acordo com as necessidades existentes e em Programas de Saúde Bucal;

- Buscar parcerias com universidades e desenvolver projetos de pesquisa local e de conscientização ambiental;

- Oferecer cursos aos educadores da rede municipal e estadual de ensino, com profissionais habilitados, como formação continuada nas áreas de saúde, educação e cultura local, turismo, meio ambiente, agricultura e pesca;

- Disponibilizar profissional de educação física para estar atuando em Projetos nas Escolas do Campo, bem como, aos alunos voltados aos alunos do Ensino Fundamental;
- Incluir no cardápio escolar produtos produzidos na horta escolar;
- Buscar parcerias junto às instituições privadas para produção de material didático pedagógico voltado ao meio local;
- Ampliar, gradativamente, a oferta de Ensino Fundamental nas escolas do meio rural;
 - Estabelecer diretrizes pedagógicas municipais para a Educação Quilombola de acordo com as orientações nacionais respeitadas as diversidades regional, estadual e local.
- Assegurar na proposta pedagógica em todas as etapas e modalidades de ensino, o desenvolvimento de componentes curriculares voltados à cultura afro-brasileira e africana;
- Fortalecer o acompanhamento com apoio técnico pedagógico na implementação das diretrizes curriculares municipais e no planejamento do ensino;
 - Acompanhar a implementação de programas de educação sobre etnia e diversidade no currículo, como tema transversal, em todas as etapas da educação básica, respeitando o nível escolar dos alunos.
- Orientar e acompanhar a implementação de ações afirmativas e programas educacionais sobre diversidade étnica e cultural que vise a alteração do currículo escolar em todas as etapas e modalidades da Educação Básica, de acordo com o nível escolar dos estudantes.
- Disponibilizar recursos didáticos e pedagógicos adequados à realidade escolar dos quilombos.
- Fomentar a produção de materiais didáticos e paradidáticos a partir da realidade das comunidades quilombolas;
- Implementar programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial;
- Garantir acesso a certificação da conclusão dos ensinos fundamental e médio;
- Promover busca ativa de jovens fora da escola pertencentes aos segmentos populacionais considerados, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude.

5 A ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM TAVARES

A Educação de Jovens e Adultos – EJA teve início em Tavares objetivando proporcionar ao educando desta modalidade, refletir sobre sua cidadania e autonomia, formação consciente para tornar-se um agente transformador da realidade. A organização curricular possibilita a continuação dos estudos com currículo propício e dividido em etapas ou totalidades.

As totalidades I e II são desenvolvidas em dois semestres; num total de 600 (seiscentas horas) horas, correspondentes aos anos iniciais do Ensino Fundamental que correspondem ao processo da alfabetização.

As formas de ingresso podem ser por: admissão de alunos novos, admissão de alunos transferidos, sem documentação escolar, através de avaliação diagnóstica, detectando-se o nível de conhecimento-experiência e reclassificando os alunos; para o ingresso no Ensino Fundamental-modalidade EJA, o educando deverá ter no mínimo 15 anos completos conforme regimento da mantenedora.

Atualmente estão matriculados na Educação de Jovens e Adultos – EJA, na totalidade I: 5 educandos e na totalidade 2: 6 educandos.

5. 1 Situação do município em relação às metas nacionais 09 e 10:



Construindo as Metas

Recomendamos a utilização dos navegadores Google Chrome ou Mozilla Firefox.

Situação de estados e municípios em relação à meta nacional

Página Inicial

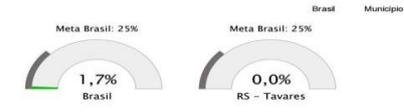
Pesquisa

Região: Todos
Estado: Todos
Mesorregião: Todos
Município: Tavares

Meta 10 – EJA Integrada

Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

NT Indicador 10 - Percentual de matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada profissional.



Fonte: INEP/Censo Escolar da Educação Básica - 2013

5. 1.1 Estratégias do município para a Educação de Jovens e adultos:

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

- Implementar classes regulares de alfabetização para jovens e adultos que ainda não tenham frequentado a escola preparando-os para a Totalidade I da EJA;
- Articular políticas de EJA às políticas sociais voltadas para o mundo do trabalho, saúde e geração de emprego e renda;
- Desenvolver programas para correção de fluxo, acompanhamento pedagógico individualizado, recuperação e progressão, bem como priorizar estudantes com rendimento escolar defasado, considerando as especificidades dos segmentos populacionais considerados;
- Promover, em parceria com as áreas de saúde e assistência social, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola para a garantia de frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses estudantes na rede pública regular de ensino;
- Garantir a alunos/alunas da EJA o acesso às tecnologias da informação;
- Garantir material didático apropriado a essa modalidade de ensino, oportunizando a participação dos profissionais especializados na elaboração, seleção ou adoção dos mesmos;
- Reduzir em, no mínimo, 50% a taxa de evasão na EJA;
- Incentivar continuamente a expressão e preservação das manifestações artísticas e culturais oriundas das comunidades onde estão inseridos os alunos da EJA;
- Divulgar as ações dos programas de EJA para incentivar a participação e a mobilização dos munícipes.

Triplidar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

- Incentivar a educação profissionalizante como educação continuada, ampliando as oportunidades de ingresso no mundo do trabalho;

- Intensificar esforços para a integração da educação básica ao ensino profissionalizante, bem como, contribuir para o bom desenvolvimento dos cursos nas modalidades sequenciais e concomitantes;
- Viabilizar ações de integração do ensino profissionalizante junto aos setores produtivos, visando seu aperfeiçoamento;
- Estabelecer a partir do primeiro ano da aprovação do PME, políticas para a educação profissional;
- Assegurar, nas escolas profissionalizantes, a infraestrutura física, didática e tecnológica adequada, de acordo com os padrões necessários a qualidade do ensino profissional, atendendo, inclusive, aos alunos com necessidades educativas especiais;
- Realizar convênios com programas estaduais e federais de financiamento para a educação profissional durante a vigência deste Plano;
- Implantar em turno inverso, a partir de uma proposta de turno integral, oficinas com propostas em técnicas comerciais, domésticas, agrícolas e em línguas estrangeiras, com certificação das horas trabalhadas;

6 A EDUCAÇÃO SUPERIOR

No Brasil, a educação superior é composta por cinco modalidades:

- Cursos sequenciais, os quais podem ser de formação específica, (que conferem diploma), ou de complementação de estudos, que oferecem certificado de conclusão;
- graduação, que compreende:
 - bacharelado;
 - licenciatura;
 - tecnológico.
- pós-graduação, composta pelos níveis de especialização (pós-graduação *lato sensu*), mestrado e doutorado (pós-graduação *stricto sensu*);
- extensão, representada por cursos livres e abertos a candidatos que atendam aos requisitos determinados pelas instituições de ensino.

Esses cinco tipos de cursos superiores são ministrados em instituições diversas, como as universidades, os centros universitários e as faculdades. Existem ainda outras denominações, como institutos superiores, escolas superiores e faculdades integradas, por exemplo.

As instituições de ensino superior são públicas ou privadas. As instituições públicas são criadas e mantidas pelo poder público nas três esferas - federal, estadual e municipal. Há uma ampla oferta de cursos de graduação noturnos, que permitem aos já inseridos no mercado de trabalho (que em sua maioria

exercem suas atividades profissionais durante o dia) frequentar o ensino superior; paradoxalmente, porém, essa oferta concentra-se principalmente nas instituições privadas, embora nos últimos anos venha se registrando uma movimentação do sistema público para incremento da oferta de vagas em cursos noturnos.

Nas instituições de ensino público superior, dá-se o ingresso por exame vestibular. Tal prova é fundamental para o ingresso do futuro aluno em cada uma das instituições, que oferecem seu próprio exame. O vestibular é uma prova de alta dificuldade e requer um preparo anterior, o que leva a maioria dos alunos a cursarem o famoso Curso pré-vestibular ("cursinho"). O vestibular mais concorrido hoje no Brasil é o da Universidade de São Paulo, aplicado pela Fundação Universitária para o Vestibular (FUVEST). Isso ocorre não apenas pelo fato do exame ser de extrema dificuldade para qualquer aluno (nacional ou estrangeiro), mas em razão da quantidade de pessoas que disputam as vagas nesta Universidade, por exemplo, no ano de 2008 houve em torno de 140.000 inscritos para 10.707 vagas.

Enade

O Enade avalia o rendimento dos alunos dos cursos de graduação, ingressantes e concluintes, em relação aos conteúdos programáticos dos cursos em que estão matriculados. O exame é obrigatório para os alunos selecionados e condição indispensável para a emissão do histórico escolar.

A primeira aplicação ocorreu em 2004 e a periodicidade máxima com que cada área do conhecimento é avaliada é trienal.

Perspectivas

A discussão sobre as perspectivas futuras do ensino superior pode ser concentrada no exame de duas questões centrais: a possibilidade de transformar a estratificação que hoje existe em uma diferenciação real e a de traduzir o corporativismo que hoje paralisa o sistema em formas autênticas e adequadas de autonomia. Estas duas questões dependem de uma terceira, que é a da eventual tendência à substituição da lógica do controle institucional e formal, que até hoje predominou, por mecanismos semelhantes ao de mercado. Estas questões estarão condicionadas à expansão que o ensino superior deverá ter, e que, ainda que não repita as altas taxas de crescimento das décadas anteriores, devida à incorporação do contingente feminino e dos estudantes noturnos, deverá sem dúvida reagir de forma vigorosa ao represamento ocorrido nos últimos 10 anos.

6.1 Ensino Superior no município de Tavares

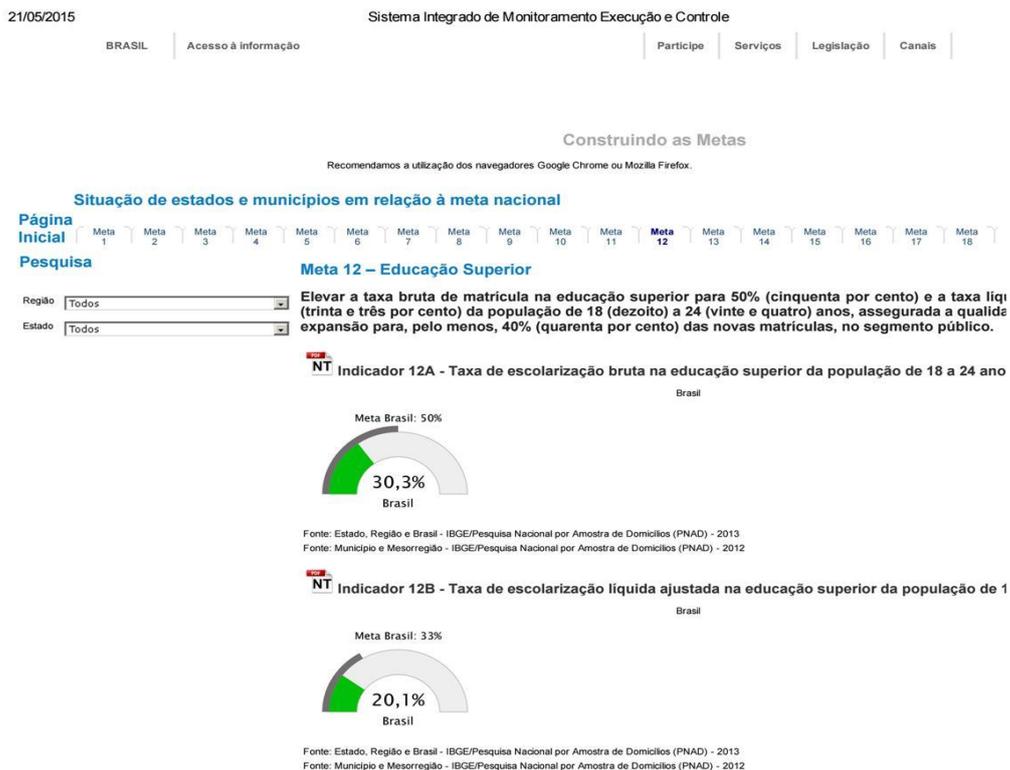
Muitos dos profissionais com nível superior que atuam em nosso município, são naturais de Tavares, mas que num determinado momento foram estudar o ensino médio e o ensino superior em outras cidades como: Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas, Osório, e a exemplo de muitos professores que lecionam em nossa rede de ensino, fizeram sua licenciatura em Santa Cruz, Ijuí e Porto Alegre. Foram anos de estudos, de idas e vindas, dependendo da situação financeira de cada um, muitos passavam a temporada de verão estudando, sem retornar a casa devido aos custos e a distância. Assim, acontecia a busca na qualificação dos nossos profissionais, em alguns casos houve o incentivo e auxílio financeiro por parte da Prefeitura.

A educação a Distância (EAD) cresceu substancialmente no Brasil e com aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996), ficou explícito, em seu artigo 80, que o Brasil assumia a tendência mundial de valorizar e consolidar a EAD. Neste artigo se estabeleceu que “o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada”. Objetivando oferecer diretrizes mais nítidas para o referido artigo, o Ministério da Educação (MEC) aprovou a Portaria n. 2.253 de 18/10/2001, já reformulada por outra, de n. 4.059/04, que incentiva o emprego da EAD em até 20% do currículo de um curso de graduação, na modalidade presencial. Isso significa que as instituições de ensino superior credenciadas junto ao MEC, podem oferecer cursos de graduação à distância. Com esta perspectiva de implantar a Educação Superior no Município a Secretaria de Educação de Tavares, em 2003 iniciou uma busca constante de Universidades que poderiam atuar no próprio município, em dezembro de 2003, foi feita uma proposta pela Universidade Luterana do Brasil ULBRA/TORRES de implantar uma turma do curso de Pedagogia, turma esta pioneira na região. A Secretaria de Educação organizou e proporcionou aos então 55 acadêmicos, hoje pedagogos, o incentivo a participação no ingresso a este curso, dos nossos professores e munícipes, desde as inscrições ao vestibular na Universidade, auxílio ao transporte no deslocamento de Tavares a Torres e auxílio a mensalidade dos Professores efetivos, ainda o prédio equipado com mobília e materiais necessários para o funcionamento deste Pólo. Esta primeira turma iniciou sua graduação em março de 2004 e concluiu em fevereiro de 2008, as aulas aconteciam nas sextas-feiras e sábados, aqui no município e uma vez por mês em Torres, e os professores da Universidade se deslocavam semanalmente.

Em 2006, foi contatado mais uma universidade UNIASSELVI/SC, através do Pólo IERGS de Porto Alegre, que implantou três turmas de EAD, com os cursos de Pedagogia, Processos Gerenciais e Educação Ambiental, com encontros semanais, acompanhados de tutores Professores especialistas nas áreas. Por meio deste Pólo também atuou no município a Universidade AVANTIS/SC que ofereceu pós graduações presenciais, em Pedagogia Gestora: Orientação, Supervisão e Gestão Escolar, e Psicopedagogia. A partir destas formações os demais pedagogos em sua maioria também fizeram especializações nas áreas de educação.

Atualmente, não contamos com nenhum curso de graduação no município por ter o Ministério de Educação suspenso o sistema de Ensino a Distância em município sem Pólo. Vários contatos são feitos, porém muitas dificuldades são encontradas. Hoje muitos Jovens tavaresenses estão se graduando em outros municípios. Alguns residem fora e outros estão se deslocando semanalmente a Rio Grande para estudar nas Universidades deste município.

6.2 Situação do município em relação às metas nacionais 12,13 e 14:



Construindo as Metas

Recomendamos a utilização dos navegadores Google Chrome ou Mozilla Firefox.

Situação de estados e municípios em relação à meta nacional

Página Inicial | Meta 1 | Meta 2 | Meta 3 | Meta 4 | Meta 5 | Meta 6 | Meta 7 | Meta 8 | Meta 9 | Meta 10 | Meta 11 | Meta 12 | **Meta 13** | Meta 14 | Meta 15 | Meta 16 | Meta 17 | Meta 18

Pesquisa

Meta 13 – Qualidade da Educação Superior

Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

Região:

Estado:

NT Indicador 13A - Percentual de funções docentes na educação superior com mestrado ou doutorado



Fonte: INEP/Censo da Educação Superior - 2012

NT Indicador 13B - Percentual de funções docentes na educação superior com doutorado.



Fonte: INEP/Censo da Educação Superior - 2012

Construindo as Metas

Recomendamos a utilização dos navegadores Google Chrome ou Mozilla Firefox.

Situação de estados e municípios em relação à meta nacional

Página Inicial | Meta 1 | Meta 2 | Meta 3 | Meta 4 | Meta 5 | Meta 6 | Meta 7 | Meta 8 | Meta 9 | Meta 10 | Meta 11 | Meta 12 | Meta 13 | **Meta 14** | Meta 15 | Meta 16 | Meta 17 | Meta 18

Pesquisa

Região:

Estado:

Meta 14 – Pós-Graduação

Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a t de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.

NT Indicador 14A - Número de títulos de mestrado concedidos por ano.

Brasil

Meta Brasil: 60.000 títulos



Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) - 2012

NT Indicador 14B - Número de títulos de doutorado concedidos por ano.

Brasil

Meta Brasil: 25.000 títulos



Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) - 2012

6.2.1 Estratégias do município para a Educação Superior:

Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

- Implantar ao longo da década, Pólo de ensino, tanto presencial, quanto EAD, voltado a oferecer cursos de graduação para atender a formação de acordo com a necessidade de desenvolvimento do município, bem como, na área de educação especial;
- Fomentar parcerias e ações para a instalação de Pólo de ensino com infraestrutura adequada para oferecer além da graduação, pós-graduação e curso de mestrado, de acordo com levantamento de demanda no município;
- Fomentar ações por meio do executivo municipal para oferecer o transporte aos estudantes que queiram dar prosseguimento aos estudos, em cursos técnicos, de graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado fora do município;
- Fomentar a área do turismo com ações articuladas ao ensino superior e que mantenham o jovem no campo;
- Ampliar a oferta de estágios como parte da formação na educação superior;

7 FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

“Tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós, que é o de assumir esse país democraticamente.”

Paulo Freire

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) atende toda a educação básica, da creche ao ensino médio. Substituto do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), que vigorou de 1997 a 2006, o Fundeb está em vigor desde janeiro de 2007 e se estenderá até 2020.

É um importante compromisso da União com a educação básica, na medida em que aumenta em dez vezes o volume anual dos recursos federais. Além disso, materializa a visão sistêmica da educação, pois financia todas as etapas da educação básica e reserva recursos para os programas direcionados a jovens e adultos.

A estratégia é distribuir os recursos pelo país, levando em consideração o desenvolvimento social e econômico das regiões — a complementação do dinheiro aplicado pela União é direcionada às regiões nas quais o investimento por aluno seja inferior ao valor mínimo fixado para cada ano. Ou seja, o Fundeb tem como principal objetivo promover a redistribuição dos recursos vinculados à educação.

A destinação dos investimentos é feita de acordo com o número de alunos da educação básica, com base em dados do censo escolar do ano anterior. O acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do programa são feitos em escalas federal, estadual e municipal por conselhos criados especificamente para esse fim, e o Ministério da Educação promove a capacitação dos integrantes dos conselhos. São diversos os fatores para chegarmos a uma Escola de referência. Entre eles, está a valorização dos Professores. A lei do piso do magistério foi um avanço. Em 1988, a Constituição Federal já previa esse dispositivo; no entanto, somente em 2008 ele foi regulamentado.

Desde então, houve questionamentos judiciais para barrar essa conquista. A categoria obteve vitórias importantes, inclusive no Supremo Tribunal Federal.

O piso pago aos Professores é calculado de acordo com a variação do gasto por estudante do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação básica e Valorização dos Profissionais do Magistério (Fundeb). Para 2014, a estimativa é que o percentual de reajuste fique em aproximadamente 19%, passando de R\$ 1.567 para R\$ 1.865. Antes da lei do piso, havia municípios que pagavam apenas um salário mínimo por 40 horas semanais. Com ela, começou a existir uma política de resgate do magistério porque os reajustes têm sido acima da inflação. Mesmo com esse ganho, o salário desses profissionais ainda é muito aquém do que deveria ser.

Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) revelam que, de 47 profissões de nível superior, os Professores estão em 46º lugar quando o quesito é salário. A média salarial no Brasil na rede municipal é de R\$ 2 mil por mês. Na estadual, R\$ 2,6 mil. Na Coreia do Sul, o valor chega a R\$ 8 mil mensais. Nos Estados Unidos, R\$ 10 mil.

7.1 Formação e Valorização dos profissionais da Educação de Tavares

A Lei nº 1060/2003 do Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, foi elaborada a partir da conscientização dos Profissionais da Educação da época, que deveriam ter uma legislação que os amparasse, pois havia somente o Regime Jurídico Único atendendo toda a demanda. Uma das causas que mais influenciou nesta decisão foi em relação ao aumento salarial, muitas vezes os profissionais da educação ficaram de fora do reajuste para reposição salarial anual, até que foi proposto uma Reforma Administrativa na Prefeitura contemplando os demais servidores, onde os professores não estariam inclusos, o Executivo Municipal criou então uma Comissão composta de Professores que se disponibilizaram a trabalhar durante suas férias e que assim ficou constituída: Andreia Mainir Fernandes, Andrea da Silva Barbosa, Rita de Cassia Araújo Lemos, Niltomar Rosca da Silva, Maria Terezinha de Souza Lemos e Vera Regina Araújo Lopes.

A Comissão de Elaboração do Plano de Carreira reuniu-se diariamente para discussões, análise e pareceres junto a DPM, contou também com apoio de um consultor que ora fazia a Reforma administrativa da Prefeitura. Com base no modelo das Delegações de Prefeituras Municipais – DPM, elaborou-se o referido Plano que após aprovação em Assembleia com os demais Professores, foi votado na Câmara Municipal tornando Lei.

7.2 Situação do município em relação às metas nacionais, 15,16,17 e 18:

21/05/2015 Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle

BRASIL | Acesso à informação | Participe | Serviços | Legislação | Canais

Construindo as Metas

Recomendamos a utilização dos navegadores Google Chrome ou Mozilla Firefox.

Situação de estados e municípios em relação à meta nacional

Página Inicial | Meta 1 | Meta 2 | Meta 3 | Meta 4 | Meta 5 | Meta 6 | Meta 7 | Meta 8 | Meta 9 | Meta 10 | Meta 11 | Meta 12 | Meta 13 | Meta 14 | **Meta 15** | Meta 16 | Meta 17 | Meta 18

Meta 15 – Profissionais de Educação

Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência desta nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Não foi calculada a situação dos entes federativos nesta meta nacional.

Construindo as Metas

Recomendamos a utilização dos navegadores Google Chrome ou Mozilla Firefox.

Situação de estados e municípios em relação à meta nacional

Página
Inicial

Meta 1 | Meta 2 | Meta 3 | Meta 4 | Meta 5 | Meta 6 | Meta 7 | Meta 8 | Meta 9 | Meta 10 | Meta 11 | Meta 12 | Meta 13 | Meta 14 | Meta 15 | **Meta 16** | Meta 17 | Meta 18

Pesquisa

Meta 16 – Formação

Região:

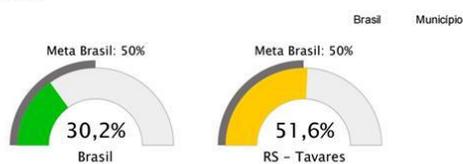
Estado:

Mesorregião:

Município:

Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextos dos sistemas de ensino.

NT Indicador 16 - Percentual de professores da educação básica com pós-graduação lato sensu.



Fonte: INEP/Censo Escolar da Educação Básica - 2013

Construindo as Metas

Recomendamos a utilização dos navegadores Google Chrome ou Mozilla Firefox.

Situação de estados e municípios em relação à meta nacional

Página Inicial

- Meta 1
- Meta 2
- Meta 3
- Meta 4
- Meta 5
- Meta 6
- Meta 7
- Meta 8
- Meta 9
- Meta 10
- Meta 11
- Meta 12
- Meta 13
- Meta 14
- Meta 15
- Meta 16
- Meta 17**
- Meta 18

Pesquisa

Meta 17 – Valorização dos Profissionais do Magistério

Região:

Estado:

Valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a rendimento médio ao dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do vigência deste PNE.

NT Indicador 17 - Razão entre salários dos professores da educação básica, na rede pública (não f professores, com escolaridade equivalente.

Brasil



Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2013

Construindo as Metas

Recomendamos a utilização dos navegadores Google Chrome ou Mozilla Firefox.

Situação de estados e municípios em relação à meta nacional

Página
Inicial[Meta 1](#) [Meta 2](#) [Meta 3](#) [Meta 4](#) [Meta 5](#) [Meta 6](#) [Meta 7](#) [Meta 8](#) [Meta 9](#) [Meta 10](#) [Meta 11](#) [Meta 12](#) [Meta 13](#) [Meta 14](#) [Meta 15](#) [Meta 16](#) [Meta 17](#) **[Meta 18](#)****Meta 18 – Planos de Carreira**

Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de carreira para os(as) profissionais da educação básica e superior pública sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos(as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

Não foi calculada a situação dos entes federativos nesta meta nacional.

7.2.1 Estratégias do município em relação à Formação e Valorização dos Profissionais da Educação de Tavares

Meta nacional: Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Meta nacional: formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Meta nacional: valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.

Meta nacional: assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal

Estratégias:

- Garantir que, no prazo de cinco anos, 100% dos professores da Educação Básica (em todas as modalidades) possuam a formação específica de nível superior, de licenciatura plena em instituições qualificadas.
- Propor às instituições públicas de nível superior, parceria para a oferta de cursos de especialização voltados para a formação de professores para as diferentes áreas de ensino e, em particular, para a educação especial, a gestão escolar, a formação de jovens e adultos e a educação infantil. .
- Atuar, conjuntamente, com base em plano estratégico que apresente diagnóstico das necessidades de formação de profissionais da educação e da capacidade de atendimento, por parte de instituições públicas e comunitárias de educação superior existentes nos Estados e Municípios, e defina obrigações recíprocas entre os partícipes;
- Prever, nos planos de Carreira dos Profissionais da Educação do Município, licenças remuneradas e incentivos para qualificação profissional, inclusive em nível de pós-graduação stricto sensu, mestrado e doutorado;
- Viabilizar a criação do Plano de Carreira dos Profissionais da Educação: atendentes de creche, merendeiras e serventes prevendo políticas para auxiliar em 50% a formação para o funcionário que quiser se aperfeiçoar em sua área de trabalho;
- Realizar anualmente, a partir do segundo ano de vigência deste PME, por iniciativa do Ministério da Educação, em regime de colaboração, o censo dos (as) profissionais da educação básica de outros segmentos que não os do magistério;
- Prever em Plano de Carreira, cursos de aprofundamentos de estudos na área de atuação do professor, com destaque para os conteúdos a serem ensinados e as metodologias de ensino de cada disciplina;
- Instituir revisão bienal do Plano de Carreira do Magistério Público de Tavares;
- Garantir a regulamentação do Plano de Carreira do Magistério Municipal em relação à carga horária dos professores de 20 horas semanais e assegurar a carga horária para planejamento conforme previsto na lei do piso nacional;
- Restabelecer relação de respeito, confiança e valorização dos profissionais da educação instituindo momentos de Mostras pedagógicas como um mecanismo para a comunidade escolar conhecer, reconhecer e valorizar os profissionais da educação.

8 A GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO EM TAVARES

A gestão democrática na Rede Municipal está diretamente vinculada a capacidade de todo o cidadão, seja sozinho ou por meio de organizações representativas, participar efetivamente na discussão, execução e prestação de contas relativas às políticas públicas. Quando falamos em Gestão Democrática da Educação, tratamos da capacidade de mobilização da sociedade como um todo, bem como, das comunidades escolares no envolvimento, nas decisões sobre tudo o que trata das escolas, desde seu currículo, suas normas gerais de funcionamento como seus recursos financeiros.

No município de Tavares este movimento partiu da vontade de um grupo que acreditando nessa forma de gestão, iniciou no ano de 2007 a construção do Projeto Político Pedagógico das Escolas Municipais. A elaboração deste documento mobilizou as comunidades escolares de todas as escolas tanto rurais quanto urbanas de todas as etapas de ensino. Foram profissionais da educação, pais, e administração pública tratando pela primeira vez, juntos, e com o envolvimento e poder de decisão igualitária nas questões educacionais das escolas municipais, partindo de um diagnóstico, montado coletivamente para o planejamento propriamente dito.

No ano de 2009, foi montado um projeto chamado “Gestão Democrática da Escola”, que veio aprofundar junto às comunidades escolares o tema da gestão democrática, visando à criação dos Conselhos Escolares. Com o apoio da Secretaria Municipal de Educação e a capacidade de mobilização e estudo dos grupos de trabalho das escolas foram criados os conselhos escolares das seguintes escolas: E. M. E. I. Vó Angelina Menegatti Costa, E. M. E. I. Piaçito, E. M. E. F. Pinheiro Machado e E. M. E. F. Onofre Pires. Após essa conquista cada uma dessas escolas pode contar com um grupo representativo que saiu em discussão e busca de melhorias para suas escolas.

Já no ano de 2010 por iniciativa da equipe da E. M. E. F. Onofre Pires foi criada a primeira Associação de Pais e Mestres de uma escola municipal. Essa associação veio mostrar a força das comunidades escolares e a possibilidade da sua autonomia financeira por meio de recursos federais, bem como, da possibilidade da realização de eventos em prol da escola. Partindo desse exemplo, nos anos seguintes foram criadas as associações das seguintes escolas municipais: E. M. E. I. Vó Angelina Menegatti Costa, E. M. E. I. Piaçito e E. M. E. F. Pinheiro Machado.

É importante destacar que quanto a Escola Estadual Edgardo Pereira Velho, esta já tem uma ampla história em torno dos Grêmios Estudantis e Círculo de Pais e Mestres, hoje encontram-se ativos e organizados muito importantes na colaboração das atividades escolares e no fortalecimento da escola.

Quanto aos Conselhos de Controle Social da Educação: Cacs, Fundeb, Conselho da Alimentação Escolar e Conselho Municipal de Educação podemos afirmar que todos existem e estão em funcionamento, porém ainda sentimos muita dificuldade na mobilização de seus representantes, talvez por questões de desconhecimento da sua importância, bem como, de suas atribuições.

Destacamos o Conselho Municipal de Alimentação Escolar que no ano de 2014 recebeu uma formação da CECANE UFRGS que veio abrir novos horizontes ao grupo que hoje se encontra muito mais fortalecido e engajado.

Contudo, salientamos que apesar de algumas falhas existentes no quesito gestão democrática no município de Tavares, todas as iniciativas citadas acima desenvolveram muito a capacidade de autogestão das escolas, além do fortalecimento dos laços entre escola e famílias, a co-responsabilidade nas decisões tomadas e na busca pelas soluções para os problemas de cada escola, a identificação de todos os membros das comunidades escolares com suas respectivas escolas, a gestão financeira das mesmas (mesmo que os recursos ainda não sejam muitos), e principalmente, cidadania tão falada, porém tão pouco praticada em nosso país.

Na Rede Estadual, os princípios que norteiam a Gestão Democrática na esfera estadual são regidos pela Lei de Diretrizes e Bases, Plano Estadual de Educação, Plano Político Pedagógico da mantenedora, pareceres estaduais, e por fim, por este Plano Municipal de Educação. A garantia da prática das estratégias, por uma Gestão Democrática de qualidade, se evidencia num primeiro momento com a existência do Conselho Escolar e da participação deste nas esferas gestora, pedagógica e financeira e das demais formas de atuação dos seguimentos da Comunidade Escolar.

É tarefa do Conselho Escolar, conhecer e participar das ações da Equipe Diretiva, do corpo docente e demais agentes educacionais, partindo do Calendário Escolar que norteia o ano letivo, projetos, eventos pedagógicos, desportivos e culturais, todo o planejamento de Aplicação e Prestação de Contas da Área Financeira, estuda as propostas de compras e aplicação das verbas, contribuindo para que a transparência das contas públicas sejam garantidas. Todo e qualquer documento que se dirigir a outras esferas públicas, que se relacionem com demandas ou autorizações do Conselho deverão ser acompanhados com Atas específicas do Conselho Escolar, de acordo com a Legislação vigente. Além do Conselho, a escola apresenta CPM – Círculo de Pais e Mestres que atua com ações diretas com os demais seguimentos que compõem a Comunidade Escolar, possuem CNPJ e por isso, possuem contato com verbas ou podem viabilizar recursos financeiros para as demandas que considerarem necessárias junto ao grupo escolar. Suas decisões são registradas em Atas e também participam de decisões importantes nas questões financeiras e pedagógicas. Todas as decisões mais pertinentes referente ao andamento do ano letivo são discutidas, sempre que necessário, em forma de reuniões, seminários, formações continuadas organizados pela mantenedora, pela 11º CRE – Osório e também em consonância com a Secretaria Municipal de Educação.

Para a reformulação de práticas, projetos, metodologias são organizadas Formações Continuadas para a melhoria da qualidade do ensino e adequação do que está sendo proposto com a realidade do educando e seus anseios. Essas formações devem ir de encontro com os propósitos e objetivos de cada grupo docentes e demais agentes educacionais e com todos ao mesmo tempo para as questões necessárias. Como forma de assegurar a participação de todos os seguimentos escolares, a escolha das gestões – a cada três anos -

é feita com modalidade eleitoral, apresentação de chapas ou equipes diretas candidatas, debates para todos os seguimentos da Comunidade Escolar, votação e contagem de votos com a organização e fiscalização de Comissão Eleitoral designada na forma da Lei.

A mantenedora se compromete com as obrigações da Gestão Democrática de qualidade que contemplam o Plano Estadual e Municipal de Educação.

8.1 Situação do município em relação à meta nacional 19:

21/05/2015 Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle

BRASIL | Acesso à Informação | Participe | Serviços | Legislação | Canais

Construindo as Metas

Recomendamos a utilização dos navegadores Google Chrome ou Mozilla Firefox.

Situação de estados e municípios em relação à meta nacional

Página Inicial | Meta 1 | Meta 2 | Meta 3 | Meta 4 | Meta 5 | Meta 6 | Meta 7 | Meta 8 | Meta 9 | Meta 10 | Meta 11 | Meta 12 | Meta 13 | Meta 14 | Meta 15 | Meta 16 | Meta 17 | Meta 18

Meta 19 – Gestão Democrática

Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnico desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para

Não foi calculada a situação dos entes federativos nesta meta nacional.

8.1.1 Estratégias do município para a Gestão Democrática:

Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

- Implantar os programas de apoio e formação aos (às) conselheiros (as) dos conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, dos conselhos de alimentação escolar, dos conselhos regionais e de outros e aos (às) representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses colegiados recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções;
- Constituir Fóruns Permanentes de Educação, com o intuito de coordenar as conferências municipais, bem como, efetuar o acompanhamento da execução deste PME e dos seus planos de educação;
- Estimular, em todas as redes de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações;
- Estimular a constituição dos conselhos nas escolas onde não têm e fortalecer os conselhos escolares e Conselho Municipal de Educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-lhes condições de funcionamento autônomo;
- Estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos (as) e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares;
- Criar e implementar Projeto Político Pedagógicos e Regimentos Escolares em cada escola da rede municipal;
- Favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino;
- Desenvolver programas de formação de diretores e gestores escolares, bem como, aplicar prova nacional específica, a fim de subsidiar a definição de critérios objetivos para o provimento dos cargos, cujos resultados possam ser utilizados por adesão;
- Criar e aprovar lei municipal específica para o tema Gestão Democrática, respeitando a legislação nacional e prevendo mecanismos de escolha de diretores para as escolas, por mérito e desempenho, bem como, a participação da comunidade escolar;
- Apoiar e fomentar os Conselhos de Controle Social;

09 FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

A efetiva consolidação da educação requer especial atenção à gestão de recursos, que deve ser eficaz, eficiente, relevante e pertinente, a fim de atender aos inúmeros desafios inerentes ao processo de desenvolvimento sustentável da região. A fixação de um plano de metas para a educação exige definição de custos e identificação dos recursos atualmente disponíveis, e das estratégias para sua ampliação, seja por meio de criação de novas fontes, seja por uma utilização mais racionalizada, seja pela constatação da necessidade de maior investimento. Os percentuais constitucionalmente vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino devem se constituir em referência e ponto de partida para a formulação e implementação de metas educacionais. A reforma tributária embutida na Constituição de 1988 reforçou a arrecadação de impostos em geral, mas também sua destinação ou disponibilização para os Estados e Municípios. Uma primeira medida fundamental foi a vinculação de recursos à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino. O artigo 212, caput, da Carta Magna, dispõe que a União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendendo a proveniente das transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. No entanto, para que se alcance este patamar de qualidade, é preciso assegurar a gestão democrática nos sistemas de ensino e unidades escolares. Em nível de gestão de sistema, na forma de Conselhos de Educação que reúnam competência técnica e representatividade dos diversos setores educacionais; em nível das unidades escolares, por meio da formação de conselhos escolares de que participe a comunidade educacional e formas de escolha da direção escolar, que associem a garantia da competência ao compromisso com a proposta pedagógica emanada dos conselhos escolares e a representatividade e liderança dos gestores escolares. Para tanto, é imprescindível a profissionalização da gestão em todos os níveis, com vistas à racionalidade e produtividade. É necessária a desburocratização e a descentralização da gestão nas dimensões pedagógica, administrativa e de gestão financeira. Da mesma forma, deve estar assegurada transparência na gestão dos recursos financeiros, com acompanhamento, controle, avaliação e fortalecimento das instâncias de controle interno e externo, órgãos de gestão do sistema de ensino, como os Conselhos deliberativos, dentre eles: Conselho do FUNDEB, Conselho da Alimentação Escolar, cuja competência deve ser ampliada, de forma a alcançar todos os recursos destinados à Educação. Como se pode facilmente verificar, financiamento e gestão estão indissolivelmente ligados. A transparência da gestão financeira e o exercício do controle social permitirão garantir a efetiva aplicação dos recursos destinados à educação e a equalização de oportunidades educacionais, que assegure ao estudante a real possibilidade de acesso e permanência na escola. Para que a gestão seja eficiente há que se promover o autêntico federalismo em matéria educacional, a partir da divisão de responsabilidades como prevê a Carta Magna. A educação é um todo integrado, de sorte que o que ocorre num determinado nível repercute nos demais, tanto no que se refere aos aspectos quantitativos quanto aos qualitativos. O fortalecimento da educação, como um dos alicerces da rede de proteção social, depende do aprimoramento contínuo do regime de colaboração

entre União, Estado, Município e entes da mesma esfera federativa, o que se torna possível através de ações, fóruns e planejamento interestaduais regionais e intermunicipais.

Manutenção e Desenvolvimento do Ensino- Pelo menos 25% da Receita proveniente de impostos, incluídos as transferências (art. 20125 da CR)

Percentual de Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino de Tavares

Índice	2011	2012	2013	2014
Índice Constitucional aplicado	26,55%	28,21%	28,80%	27,63%

Gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino de Tavares em R\$

Indicadores	2011	2012	2013	2014
Educação Infantil	250.802,61	284.734,78	263.697,17	295.292,68
Ensino Fundamental	465.706,27	692.246,62	754.861,74	750.441,57
Outros Gastos	33.854,11	152.877,97	66.146,82	29.960,85
Contribuição FUNDEB	1.170.394,68	1.336.028,01	1.458.832,49	1.485.413,07
Total	1.920.757,67	2.465.887,38	2.543.538,22	2.561.108,17
Total de alunos matriculados	429	419	379	376
Gastos com o Ensino por Aluno	4.477,29	5.885,17	6.711,18	6.811,46

Fonte: <http://www1.tce.rs.gov.br/Tavares>

9.1 Situação do município em relação à meta nacional 20:

Construindo as Metas

Recomendamos a utilização dos navegadores Google Chrome ou Mozilla Firefox.

Situação de estados e municípios em relação à meta nacional

Página
Inicial

Meta 1 | Meta 2 | Meta 3 | Meta 4 | Meta 5 | Meta 6 | Meta 7 | Meta 8 | Meta 9 | Meta 10 | Meta 11 | Meta 12 | Meta 13 | Meta 14 | Meta 15 | Meta 16 | Meta 17 | Meta 18

Meta 20 – Financiamento da Educação

Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto (PIB) do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

Não foi calculada a situação dos entes federativos nesta meta nacional.

9.1.1 Estratégias do município para o Financiamento da Educação

- Assegurar recursos para a implantação do PME nos planos plurianuais do Município;
- Elaborar a proposta orçamentária anual da Secretaria Municipal da Educação com base em levantamento das principais necessidades da rede escolar, levantadas pelos Conselhos deliberativos e demais órgãos competentes;
- Viabilizar a divulgação das prestações de conta em linguagem acessível para a população, a partir da aprovação do PME;
- Orientar o orçamento municipal de modo a cumprir as vinculações e sub-vinculações constitucionais para garantir padrões mínimos de qualidade do Ensino;
- Assegurar, durante o período de vigência do PME, o planejamento de ações Inter- setoriais, que envolvam as secretarias de Saúde, Serviços Públicos, Meio Ambiente, Trabalho e Ação Social, Desenvolvimento Urbano na execução de programas e projetos da Secretaria Municipal da Educação;
- Garantir padrões adequados de infra-estrutura dos prédios escolares com espaços diferenciados dotados de ventilação, iluminação, insolação, com condições sanitárias adequadas e acessibilidade.
- Alterar o horário das audiências públicas para aumentar o público e incentivar os jovens do Ensino Médio a participarem;
- Fomentar o Programa de Educação Fiscal, bem como, outros programas que tenham intuito relativo ao aumento da arrecadação municipal;

10 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

O documento final do Plano Municipal de Educação de Tavares, mantendo o princípio da participação democrática, constituiu-se em momentos de discussões, no qual vários segmentos das esferas públicas, bem como a comunidade civil e organizada de Tavares, definiram os caminhos da educação do município para os próximos dez anos. Uma ação em conjunto, cujo processo percorreu os seguintes passos: levantamento diagnóstico da situação educacional do município, análise dessa realidade e definição de metas e estratégias do PME com a sociedade, consolidação do texto base sobre as políticas educacionais para o município, culminando com a realização da I Conferência Municipal de Educação e articulada com o Plano Nacional de Educação (PNE) e o Plano Estadual de Educação (PEE) e em consonância com a Constituição Federal de 1988 e com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96. O PME responde às expectativas e especificidades da educação para atender aos anseios da comunidade tavaresense. Uma realidade que, tendo em vista a adequação às constantes mudanças sofridas pela sociedade, precisa ser constantemente considerada. Nesse contexto, faz-se necessário criar mecanismos de acompanhamento e avaliação da implementação do mesmo, assegurando que prioridades sejam definidas, atingindo objetivos e metas estabelecidos através da análise de resultados e redirecionamento de estratégias e execução. Com a mobilização do Conselho Municipal de Educação será possível instituir comissões com o objetivo de acompanhar e avaliar o PME após sua aprovação. É importante ressaltar que o respectivo órgão contará com o apoio e assessoramento técnico e financeiro da Secretaria Municipal de Educação. A Comissão trabalhará na implantação do PME, registrando, sistematizando e analisando, constantemente, o desenvolvimento das ações, operacionalizando as metas estabelecidas e realizando avaliações com levantamentos periódicos dos resultados alcançados e planejamento de novas ações. Para que a sociedade civil possa acompanhar a execução e a avaliação do PME, serão realizadas, de dois em dois anos, encontros com o objetivo de promover balanços dos resultados alcançados, garantindo o princípio da participação e o exercício da democracia. Extraordinariamente, a primeira revisão deverá ser realizada um ano após a aprovação do Plano Municipal de Educação, tendo em vista a sua melhor atualização e articulação como o mesmo, bem como, a participação da sociedade civil e organizada, numa tentativa de correção do longo período entre a sua elaboração e aprovação pela Câmara Municipal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto constitucional de 5 de outubro de 1988, consolidado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal. Disponível. Disponível em: WWW.planalto.gov.br, acesso em 19 de maio de 2015.

BRASIL. **Lei 9394/96** de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Estabelece as Diretrizes e bases da Educação Nacional. Disponível em <http://mec.gov.br/legis/pdf/LDB.pdf>, acesso em 18 de abril de 2015.

BRASIL. **Lei 9424/96** de 24 de dezembro de 1996. Dispõe **sobre o Fundo de Manutenção e desenvolvimento da Educação Básica**. Disponível em WWW.fnede.gov.br, acesso 23 de maio de 2015.

CADERNO DE ORIENTAÇÕES. MEC. Disponível em <http://portal.mec.gov.br>, acesso em 17 de abril de 2015.

CONSULTA TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS. Disponível em http://www3.tesouro.gov.br/estados_municipios/municipios_novosite.asp, acesso em 24 de maio de 2015.

DE OLHO NOS PLANOS. Disponível em <http://convivaeducacao.org.br/>, acesso em 14 de maio de 2015.

IDEB ESCOLA. Disponível em <http://pne.mec.gov.br/construindo-as-metas>, acesso em 16 de maio de 2015.

INDICADORES DEMOGRÁFICOS E EDUCACIONAIS. Disponível em <http://portal.inep.gov.br>, acesso em 22 de maio de 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. CENSO ESCOLAR. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>, acesso em 20 de maio de 2015.

PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA. Disponível em: <http://pacto.mec.gov.br>, acesso em 25 de maio de 2015.

PLANEJANDO A PRÓXIMA DÉCADA. Disponível em <http://pne.mec.gov.br/>, acesso em 22 de maio de 2015.

PLANEJANDO A PRÓXIMA DÉCADA: Conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação. Disponível em <http://portal.mec.gov.br>, acesso em 17 de abril de 2015.

PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. PEE. Disponível em: http://www.educacao.rs.gov.br/dados/forum_est_educ_proj_lei_pee.pdf, acesso em 22 de maio de 2015.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. PNE. Lei nº 13.005, de 25 junho de 2014. Disponível em : WWW.planalto.gov.br, acesso em 19 de maio de 2015.

RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES SOCIAIS. Disponível em <http://pne.mec.gov.br/construindo-as-metas>, acesso em 16 de maio de 2015.

RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES SOCIAIS. Disponível em <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php>, acesso em 16 de maio de 2015.

SITUAÇÃO DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS EM RELAÇÃO ÀS METAS NACIONAIS. Disponível em <http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php>, acesso em 22 de maio de 2015.

SUBSÍDIOS PARA ELABORAÇÃO DO PPA MUNICIPAL. Disponível em <http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/index.cfm>, acesso em 20 de maio de 2015.

SUBSÍDIOS PARA O PLANEJAMENTO DE CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/2006/confmuni.pdf>, acesso em 20 de maio de 2015.

ANEXOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAVARES
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

LEI Nº 1.855
DE 23 DE JUNHO DE 2015

**APROVA O PLANO MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE TAVARES, no uso de suas atribuições legais que a Lei Orgânica lhe confere.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei,

Art.1º - Fica aprovado, na forma estabelecida no Anexo único desta Lei, o Plano Municipal de Educação de Tavares para 2015 – 2024.

Art.2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAVARES, aos 23 dias do mês de junho de 2015.


Flávio José Rodrigues de Souza
Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se


Gilson Terra Paiva
Séc. Mun.de Coord. Planej. e Projetos
OBS: Procedência Projeto nº 1.885/15